Ministério da Justiça e Segurança Pública

PLANO DE TRABALHO DO TED (DEC. 10.426/2020) N° 02/2024

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA	
1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP)
Nome da autoridade competente:	Marta Rodriguez de Assis Machado
Número do CPF:	273.061.158-47
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD)/Diretoria de Prevenção e Reinserção Social/Coordenação Geral de Reinserção Social.
1.2. UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	200246/00001 - Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD)
Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	200246/00001 - Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD)

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA	
a) Unidade Descentralizada e Responsável	
Nome do órgão ou entidade descentralizada:	Universidade de Brasília (UnB)
Nome da autoridade competente:	Rozana Reigota Naves
Número do CPF:	646.614.311-20
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde - 150243
b) UG SIAFI	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154040/15257 - Fundação Universidade de Brasília (FUB)

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	154040/15257 - Fundação Universidade de Brasília (FUB)

3. OBJETO

Transferência de recursos para financiamento de projeto de pesquisa intitulado "**Capacitação e produção de evidência científica de/sobre profissionais do sistema socioeducativo e profissionais de outros sistemas que atuam em sua interface – de justiça, de saúde e de assistência social – sobre manejo em álcool e outras drogas, saúde mental e habilidades laborais**", objetivando Capacitar e analisar o processo de capacitação em âmbito nacional os profissionais e adolescentes do sistema socioeducativo e profissionais dos sistemas que atuam em sua interface - de justiça, de saúde, e de assistência social - sobre manejo em álcool e outras drogas, transtornos mentais e habilidades laborais.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

META 1: Curso presencial de capacitação das equipes multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude, em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais, para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada em territórios identificados por elevados índices de violência letal, e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local.

ETAPA 1.1: Ressarcimento - despesas administrativas (UnB e Fundação de Apoio).
ETAPA 1.2: Organização do cronograma para execução das atividades de capacitação e de pesquisa.
ETAPA 1.3: Inscrições de Participantes.
ETAPA 1.4: Realização do Curso Presencial.

PRODUTOS:

ETAPA 1.1: Despesas administrativas executadas e comprovadas.
ETAPA 1.2: Cronograma de execução das atividades de capacitação e pesquisa.
ETAPA 1.3: Relatório de inscrições dos participantes.
ETAPA 1.4: Relatório de execução dos cursos presenciais.

INDICADOR:

ETAPA 1.1: 100% de despesas administrativas executadas e comprovadas.
ETAPA 1.2: 01 cronograma elaborado e aprovado.
ETAPA 1.3: 100% dos participantes inscritos e dos registros de inscrição consolidados, conforme o número de vagas estabelecido.
ETAPA 1.4: 100% dos cursos realizados; >75% dos participantes capacitados.

META 2: Curso de capacitação à distância em âmbito nacional para profissionais que atuam no SINASE e em sistemas correlacionados – de Justiça, de Saúde, de Assistência Social e de Educação – sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local.

ETAPA 2.1: Preparação da plataforma de ensino à distância.
ETAPA 2.2: Abertura do edital de chamamento para tutores online.
ETAPA 2.3: Inscrições de participantes.
ETAPA 2.4: Realização das atividades à distância.

PRODUTOS:

ETAPA 2.1: Plataforma de ensino a distância preparada e disponibilizada. ETAPA 2.2: Edital de chamamento para tutores publicado. ETAPA 2.3: Relatório de inscrições. ETAPA 2.4: Relatório de execução do curso a distância.
INDICADOR:
ETAPA 2.1: 01 plataforma disponibilizada e em funcionamento. ETAPA 2.2: 01 edital publicado; número de tutores selecionados. ETAPA 2.3: 100% de participantes inscritos; número de inscrições validadas, conforme vagas previstas. ETAPA 2.4: 100% das atividades formativas realizadas; >75% participantes concluintes.
META 3: Dados sobre a avaliação de impacto dos cursos de capacitação.
ETAPA 3.1: Avaliação de impacto dos cursos promovidos realizada a partir de instrumento próprio desenvolvido e aplicado em capacitação.
PRODUTOS:
ETAPA 3.1: Relatório de avaliação de impacto dos cursos.
INDICADOR:
ETAPA 3.1: 01 relatório de validação elaborado, com instrumento de avaliação desenvolvido e aplicado.
META 4: Dados sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais participantes.
ETAPA 4.1: Análise e publicação científica dos dados sobre o perfil sociodemográfico associado à formação dos profissionais participantes.
PRODUTOS:
ETAPA 4.1: Relatório técnico-científico sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos participantes.
INDICADOR:
ETAPA 4.1: Base de dados sistematizada; perfil socio demográfico e de formação analisado; 01relatório elaborado.
META 5: Evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação sobre as atitudes dos profissionais em relação aos adolescentes em situação de vulnerabilidade que fazem uso de drogas.
ETAPA 5.1: Produção de evidência científica para demonstrar quais são as principais características que compõem as atitudes dos profissionais.
INDICADOR:
ETAPA 5.1: Dados sobre as atitudes dos profissionais sistematizados; principais características das atitudes identificadas e analisadas; evidências consolidadas.
META 6: Dados sociodemográficos associados aos de formação dos profissionais e às atitudes manifestadas sobre os adolescentes que usam drogas em situação de vulnerabilidade.
ETAPA 6.1: Associação dos dados sociodemográficos, de formação e de atitudes dos profissionais.
PRODUTOS:
ETAPA 6.1: Relatório técnico-científico sobre a associação entre dados socio demográficos, de formação e de atitudes.
INDICADOR:
ETAPA 6.1: Bases de dados integradas; associações entre as variáveis analisadas; resultados sistematizados.
META 7: Evidências científicas sobre os desafios enfrentados por profissionais que atuam com adolescentes em uso de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e como enfrentá-los.
ETAPA 7.1: Produção de evidências sobre quais são os desafios identificados pelos profissionais que atuam com adolescentes que fazem uso de drogas.
PRODUTOS:

ETAPA 7.1: Relatório técnico-científico sobre os desafios profissionais e estratégias de enfrentamento.

INDICADOR:

ETAPA 7.1: Desafios identificados e sistematizados; estratégias de enfrentamento analisadas; evidências consolidadas.

ADITIVO - META 8: Realização de oficinas territoriais intersetoriais.

ETAPA 8.1: Promover oficinas presenciais territoriais voltadas à qualificação de profissionais do Sistema Socioeducativo, PRONASCI Juventude, CAIS Juventude, Escolas Estaduais de Socioeducação e equipes de Justiça Restaurativa, com foco no acompanhamento pós- medida socioeducativa, saúde mental, redução de danos, proteção integral e fortalecimento de fluxos intersetoriais de cuidado e proteção social. As oficinas serão realizadas nos municípios de Brasília/DF, Manaus/AM, Recife/PE, Natal/RN, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ.

PRODUTOS:

ETAPA 8.1: 12 oficinas territoriais realizadas em 06 territórios; até 1.200 Profissionais capacitados; 06 Relatórios técnicos das oficinas.

INDICADOR:

ETAPA 8.1: Número de oficinas realizadas; número de territórios contemplados; número de profissionais capacitados; número de relatórios técnicos produzidos.

ADITIVO - META 9: Produção de material técnico-científico.

ETAPA 9.1: Elaborar cartilha teórico-prática sobre acompanhamento pós-medida socio educativa, abordando estratégias de redução de danos, saúde mental, justiça restaurativa e articulação intersetorial, destinada aos profissionais da rede socioeducativa e de proteção social.

PRODUTOS:

ETAPA 9.1: 01 Cartilha técnico-operativa elaborada; material digital diagramado disponibilizado; conteúdo técnico sistematizado.

INDICADOR:

ETAPA 9.1: Número de cartilhas técnico-operativas elaboradas; material digital diagramado e disponibilizado; percentual dos conteúdos técnicos previstos contemplados na versão final.

ADITIVO - META 10: Desenvolvimento de pesquisa, sistematização de evidências e relatório final.

ETAPA 10.1: Desenvolver atividades de pesquisa e sistematização de evidências relacionadas às práticas profissionais, desafios do pós- medida socioeducativa, saúde mental, uso de álcool e outras drogas, justiça restaurativa e vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo.

PRODUTOS:

ETAPA 10.1: Banco de informações sistematizadas dos 06 territórios participantes; 01 relatório técnico-científico; diagnóstico situacional dos territórios participantes.

INDICADOR:

ETAPA 10.1: Número de territórios com informações sistematizadas; Banco de informações estruturado; Diagnóstico situacional elaborado; Relatório técnico-científico produzido.

ADITIVO - META 11: Desenvolvimento e adaptação dos conteúdos educacionais produzidos no âmbito do projeto para oferta em formato de Educação a Distância (EaD), a ser disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, em articulação com a Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD).

ETAPA 11.1: Desenvolver e adaptar os conteúdos educacionais produzidos no âmbito do projeto para oferta em formato de Educação a Distância (EaD), a ser disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, em articulação com a Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD), observando seus referenciais pedagógicos e metodológicos.

PRODUTOS:

ETAPA 11.1: Conteúdos educacionais desenvolvidos, adaptados para a oferta em formato de Educação a Distância (EaD), disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, observados os referenciais pedagógicos e metodológicos da Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD).

INDICADOR:

ETAPA 11.1: Conteúdos sistematizados e consolidados; Conteúdos adaptados para EaD; Conteúdos disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID; Conteúdos adaptados conforme os referenciais pedagógicos e metodológicos da ESNAD; Relatório técnico.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

As medidas socioeducativas, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), não possuem exclusivamente uma dimensão jurídico-sancionatória, mas também uma dimensão pedagógica, buscando romper com a lógica punitiva e fomentar ações inscritas no campo da garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim, visam propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação e ruptura com o contexto infracional.

No entanto, o que se observa na prática é que essas medidas aplicadas aos adolescentes ainda possuem um caráter majoritariamente punitivo, sem o acolhimento e a assistência adequada para que eles mudem seu comportamento, especialmente entre os que apresentam transtornos mentais e/ou uso de drogas.

Destaca-se que, em 2012, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o segundo Panorama Nacional da Execução das Medidas Socioeducativas de Internação, por meio do qual apresentou um perfil dos adolescentes brasileiros em privação de liberdade. O levantamento contou com 1.898 adolescentes internados em 320 instituições, em todas as regiões do país. Uma das variáveis pesquisadas foi o uso de drogas ilícitas. Os dados do CNJ apontam que 75% dos adolescentes entrevistados referiram fazer uso de substâncias psicoativas ilícitas, sendo a droga mais citada a maconha (89%), seguida da cocaína (43%) e do crack (21%).

Acrescenta-se que dados de pesquisa de 2020 do CNJ com foco no sistema socioeducativo apontam que o tráfico de drogas é a segunda maior causa de internação de adolescentes (24%), ficando atrás apenas de roubo (36%).

Informações semelhantes foram apresentadas no Relatório da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, realizada em fevereiro/março de 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, apontando para o tráfico de drogas como ato infracional mais prevalente nas medidas em meio aberto, seguido de roubo e furto. Ressalta-se que as medidas socioeducativas em meio aberto representam 82% das aplicadas no Brasil, estando as medidas de semiliberdade e internação, compreendidas nos demais 28% (Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto).

Outro dado que chama a atenção na referida Pesquisa Nacional é o número de adolescentes em cumprimento de medidas por “porte/uso de drogas”. Esse ato infracional ocupa o 4º lugar, o que traz à tona a via coercitiva que, de modo geral, tem sido usada dentro de uma perspectiva proibicionista de algumas substâncias, em especial a maconha, a cocaína e o crack.

A intersecção entre uso de drogas, transtorno mental e vida infracional torna o adolescente mais suscetível a atos de violência, seja como seu autor, seja como sua vítima, o que torna esse debate urgente, assim como a elaboração de um protocolo de atendimento específico.

Nesse contexto, profissionais que atuam nas unidades socioeducativas costumam solicitar frequentemente formação e supervisão na área de saúde mental e uso de drogas. Essas solicitações, muitas vezes, referem-se a como abordar o tema com os adolescentes, como realizar intervenção para redução de uso abusivo, como prevenir a dependência de drogas, e como encaminhar os adolescentes já dependentes para a rede de tratamento. Outro elemento importante neste processo é a necessidade de conhecimento por parte destes profissionais dos serviços disponíveis das redes de saúde, assistência social, educação, esporte, lazer e cultura a serem acionados para potencializar o plano adequado de ressocialização.

Avalia-se, portanto, que para assegurar aos adolescentes que infracionaram e/ou aqueles em situação de vulnerabilidade agravada, oportunidade de desenvolvimento e reconstrução de seu projeto de vida, faz-se necessário trazer avanços no que se refere à discussão sobre uso de drogas, transtorno mental e cumprimento de medida socioeducativa.

Ademais, faz-se necessário considerar a interface do sistema socioeducativo com outros sistemas, bem como a comunicação e a integração entre estes, uma vez que o SINASE correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.

O atendimento nas unidades socioeducativas e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada não pode estar isolado das demais políticas públicas, que visam atender os direitos dos adolescentes (saúde, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, escolarização etc), assegurando a proteção integral. Conforme o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE,

Os órgãos deliberativos e gestores do SINASE são articuladores da atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e

políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes (Brasil. 2006).

É necessário compreender, portanto, a intersetorialidade da política pública de atendimento socioeducativo com outras políticas e sistemas (Sistema Educacional, Sistema de Justiça e Segurança Pública, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social), integrando o sistema de garantia de direitos e visando à construção de metodologias que contemplem a singularidade e a complexidade dos adolescentes que cometeram ato infracional. Para tanto, é fundamental garantir a articulação de diferentes órgãos e setores sociais em torno de objetivos comuns, possibilitando a construção das redes de atendimento, bem como discussão, avaliação e reflexão sobre os vários aspectos que cercam a vida dos adolescentes e a prática socioeducativa.

Nesse sentido, capacitar equipes dos sistemas que se entrelaçam no atendimento socioeducativo, relacionando os fatores de risco e proteção quanto ao uso de drogas e aos transtornos mentais, como também às habilidades laborais torna-se de grande relevância para promover a compreensão desse fenômeno por meio de evidências científicas e buscar alternativas que melhorem a qualidade do atendimento. A formação continuada e a produção de evidência científica dos/sobre atores envolvidos no atendimento socioeducativo é essencial também para o aperfeiçoamento de metodologias e práticas sociais ainda muito marcadas por condutas repressoras.

Além disso, oferecer possibilidades aos adolescentes de (re)construção de projetos de vida com vistas ao desenvolvimento de habilidades laborais, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de incentivo ao engajamento em atividades sociais e práticas para o trabalho saudáveis a partir da abordagem de profissionais capacitados e à luz das evidências científicas , fazem o presente projeto ser de enorme relevância.

As ações previstas no projeto, as Metas 1 a 7 foram estruturadas de forma integrada, articulando formação profissional, avaliação dos resultados e produção de conhecimento. A proposta busca oferecer aos profissionais que atuam no atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade conhecimentos e ferramentas que possam ser utilizados em sua prática cotidiana, ao mesmo tempo em que produz informações capazes de contribuir para uma melhor compreensão dos desafios encontrados nesse campo de atuação.

A **Meta 1** – Curso presencial de capacitação das equipes multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude prevê a realização de ações formativas em Salvador/BA e Rio de Janeiro/RJ, direcionadas às equipes que atuam em territórios identificados por elevados índices de violência letal e/ou que acompanham adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo. A capacitação abordará o manejo relacionado ao uso de álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e desenvolvimento de habilidades laborais para o atendimento desses adolescentes. Para viabilizar a execução da meta, serão realizadas atividades de organização do cronograma, inscrição dos participantes e realização dos cursos presenciais.

A **Meta 2** – Curso de capacitação a distância em âmbito nacional amplia o alcance da formação para profissionais que atuam no SINASE e em áreas relacionadas à Justiça, Saúde, Assistência Social e Educação. A proposta busca possibilitar que profissionais de diferentes regiões tenham acesso aos conteúdos trabalhados no projeto, respeitando as especificidades de suas áreas de atuação e favorecendo uma compreensão compartilhada sobre o atendimento de adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo. Para isso, serão desenvolvidas as etapas de preparação da plataforma de ensino, seleção de tutores, inscrição dos participantes e realização das atividades formativas a distância.

A **Meta 3** – Avaliação de impacto dos cursos de capacitação permitirá compreender os resultados alcançados pelas ações formativas e identificar em que medida os conhecimentos trabalhados contribuíram para a atuação dos profissionais participantes. A avaliação será realizada por meio de instrumento próprio, desenvolvido e aplicado durante o processo de capacitação, possibilitando reunir informações sobre os efeitos da formação e subsidiar o aperfeiçoamento das estratégias adotadas pelo projeto.

A **Meta 4** – Dados sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais participantes tem como propósito organizar e analisar informações que permitam conhecer melhor o público envolvido nas ações de capacitação. Serão considerados aspectos relacionados ao perfil sociodemográfico e à formação dos profissionais, buscando compreender suas características e sua relação com os diferentes contextos de atuação. A análise desses dados contribuirá para qualificar a compreensão sobre o público alcançado pelo projeto e subsidiar a produção de conhecimento científico.

A **Meta 5** – Produção de evidências científicas sobre as atitudes dos profissionais buscará compreender como os profissionais participantes se posicionam diante de adolescentes em situação de vulnerabilidade que fazem uso de álcool e outras drogas. A partir dos dados produzidos no processo de capacitação, serão identificadas e analisadas as principais características relacionadas às atitudes desses profissionais. O objetivo é transformar essas informações em evidências que contribuam para uma compreensão mais qualificada das práticas e percepções presentes no atendimento a esse público.

A **Meta 6** – Associação dos dados sociodemográficos, de formação e de atitudes dos profissionais dará um passo adicional na análise das informações produzidas. A proposta será relacionar as características sociodemográficas e de formação dos participantes às atitudes manifestadas em relação aos adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade. Essa análise integrada permitirá identificar possíveis relações entre o perfil e a formação dos profissionais e suas percepções e atitudes, ampliando a capacidade do projeto de produzir evidências relevantes para a qualificação das práticas profissionais.

Por fim, a **Meta 7** – Produção de evidências sobre os desafios enfrentados pelos profissionais buscará dar visibilidade às dificuldades encontradas no cotidiano daqueles que atuam com adolescentes em situação de vulnerabilidade e que fazem uso de álcool e outras drogas. A partir das experiências e informações reunidas durante a execução do projeto, serão identificados e sistematizados os principais desafios enfrentados pelos profissionais, bem como elementos que possam contribuir para pensar estratégias de enfrentamento e aprimoramento das práticas.

De forma integrada, as Metas 1 a 7 constroem um percurso que parte da qualificação dos profissionais, passa pela avaliação dos resultados das capacitações e avança para a produção e análise de evidências científicas. As capacitações presenciais e a distância ampliam o acesso ao conhecimento; a avaliação permite compreender os resultados alcançados; e a análise dos dados possibilita conhecer o perfil, as atitudes e os desafios vivenciados pelos profissionais. Esse conjunto de ações fortalece a dimensão prática e científica do projeto, permitindo que as experiências acumuladas ao longo da execução sejam transformadas em conhecimento sistematizado e em subsídios para o aprimoramento das práticas de atendimento aos adolescentes.

5.1 JUSTIFICATIVA PARA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS E TERMO ADITIVO DE PRAZO (ADITIVO)

5.1.1. Introdução

O projeto de capacitação e produção de evidências científicas voltado a profissionais do sistema socioeducativo e de políticas públicas correlatas — Justiça, Saúde, Assistência Social e Educação — está sendo desenvolvido em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A proposta insere-se no âmbito das políticas públicas de prevenção às violências, promoção da cidadania e fortalecimento das redes de proteção social destinadas a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles vinculados ou egressos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Nesse contexto, a iniciativa tem como objetivo geral capacitar profissionais que atuam no SINASE, em sistemas correlacionados e em programas governamentais específicos para o manejo do uso de álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, articulado à promoção da saúde mental e ao desenvolvimento de habilidades laborais no atendimento a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade agravada, residentes em territórios marcados por elevados índices de violência letal. Paralelamente ao processo formativo, busca-se produzir e sistematizar evidências científicas acerca das práticas profissionais, das trajetórias formativas e das atitudes dos participantes em relação aos adolescentes que fazem uso de drogas e vivenciam contextos de exclusão e vulnerabilização social.

Para alcançar tais objetivos, a capacitação foi estruturada em duas etapas complementares: uma etapa presencial, realizada nos municípios de Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), e uma etapa nacional na modalidade de Educação à Distância (EaD). A etapa presencial teve início em maio de 2025. Os conteúdos foram organizados em eixos temáticos distribuídos em cinco módulos formativos, definidos a partir das demandas identificadas nos territórios e das necessidades técnicas do público-alvo. A segunda etapa do projeto, atualmente em andamento, consiste na oferta de curso nacional na modalidade EaD destinado a profissionais do SINASE e de sistemas correlatos — Justiça, Saúde, Assistência Social e Educação – também organizado em cinco módulos temáticos. O curso teve início em abril de 2026 e se encerrará em novembro de 2026, ampliando o alcance territorial da proposta formativa e possibilitando a participação de profissionais de diferentes regiões do país.

Além do processo de capacitação, o projeto contempla a realização de estudos e a produção de evidências científicas acerca do perfil sociodemográfico, das trajetórias de formação e das práticas profissionais dos participantes, bem como das atitudes manifestadas em relação aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social que fazem uso de drogas. Busca-se, ainda, analisar as relações entre características sociodemográficas, experiências formativas e posicionamentos profissionais, contribuindo para a produção de conhecimento qualificado sobre os desafios contemporâneos do atendimento socioeducativo e das políticas públicas direcionadas às juventudes vulnerabilizadas.

A proposta fundamenta-se na compreensão de que processos formativos continuados constituem estratégia fundamental para a qualificação das práticas institucionais e o fortalecimento das políticas públicas. Ao promover espaços de reflexão crítica, troca de experiências e articulação entre diferentes políticas e serviços, a formação continuada contribui para o aprimoramento das respostas institucionais, para a consolidação de práticas pautadas nos direitos humanos e para o fortalecimento de redes de cuidado e proteção social mais integradas, territorializadas e comprometidas com a garantia de direitos e a promoção da cidadania de adolescentes e jovens.

As etapas formativas já realizadas no âmbito do projeto evidenciaram a necessidade de aprofundar estratégias intersetoriais capazes de articular proteção social, responsabilização, garantia de direitos e fortalecimento de vínculos comunitários no atendimento a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. As experiências desenvolvidas demonstraram que os desafios relacionados ao uso de álcool e outras drogas, à saúde mental, às trajetórias de violência e aos processos de desligamento institucional não podem ser enfrentados isoladamente pelas diferentes políticas públicas.

Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer espaços de diálogo e integração entre o sistema socioeducativo e as políticas territoriais, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Juventude (PRONASCI Juventude) e o Centro de Atendimento Integrado à Juventude (CAIS Juventude), de modo a qualificar o acompanhamento de adolescentes e jovens em fase final de cumprimento da medida socioeducativa de internação e no período pós-medida. Tal articulação mostra-se estratégica, especialmente no momento de transição entre o desligamento institucional e o retorno ao convívio familiar, comunitário e territorial, possibilitando a construção de respostas mais integradas, contínuas e territorializadas.

É importante ressaltar que o *Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade – Caderno I*, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destaca que o acompanhamento pós-medida constitui etapa fundamental para a efetivação da proteção integral, uma vez que adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo permanecem expostos a múltiplas vulnerabilidades sociais, territoriais e institucionais. O documento ressalta, ainda, que esse acompanhamento deve iniciar na fase conclusiva da medida socioeducativa, de forma articulada à rede de proteção e às políticas públicas do território, favorecendo a construção de novos vínculos sociais, familiares e comunitários.

A partir dessas considerações, acrescenta-se que, no campo da pós-medida, práticas restaurativas podem contribuir para a mediação das rupturas decorrentes da privação de liberdade, bem como auxiliar na reaproximação familiar, comunitária e institucional. Outrossim, a construção de círculos restaurativos, redes de apoio e espaços intersetoriais de acompanhamento amplia as possibilidades de acolhimento dos jovens em seus territórios e reduz processos de isolamento social e reincidência institucional.

Destaca-se que a justiça restaurativa apresenta-se como metodologia de resolução de conflitos, bem como paradigma ético-político de reconstrução de vínculos sociais, responsabilização dialógica e fortalecimento comunitário. Ao deslocar o foco exclusivamente sancionatório para práticas de escuta, participação e corresponsabilização coletiva, a justiça restaurativa favorece processos de pertencimento territorial e reconstrução de projetos de vida menos marcados pela culpabilização e pela exclusão social.

5.1.2. Justificativa

A continuidade do projeto por meio de uma terceira etapa formativa justifica-se pelos resultados, demandas e necessidades identificados ao longo das etapas já executadas, as quais evidenciaram que a qualificação do atendimento a adolescentes e jovens vinculados ou egressos do sistema socioeducativo depende do fortalecimento de estratégias intersetoriais territorializadas e da construção de fluxos permanentes de articulação entre as diferentes políticas públicas. As experiências desenvolvidas junto a profissionais do PRONASCI Juventude, do Sistema Socioeducativo e de sistemas correlatos demonstraram que os desafios presentes no processo de desligamento da medida socioeducativa de internação exigem respostas institucionais integradas, contínuas e sustentadas pela articulação entre proteção social, garantia de direitos e fortalecimento de vínculos comunitários.

Nesse sentido, os referenciais técnicos produzidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito do Programa Fazendo Justiça, especialmente os Cadernos de Pós-Medida, reforçam a ideia de que o processo de transição entre o desligamento institucional e o retorno ao território deve ocorrer de forma planejada, articulada e territorializada, envolvendo a construção de estratégias interinstitucionais de acompanhamento, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso às políticas públicas. Tal perspectiva demanda a qualificação permanente das equipes responsáveis pelo atendimento e acompanhamento desses adolescentes e jovens.

A partir dessa compreensão, a realização de uma terceira etapa de formação, em formato de oficinas territoriais presenciais, apresenta-se como desdobramento necessário e estratégico do projeto em execução. Diferentemente das etapas anteriores, esta nova fase buscará promover aproximação prática e metodológica entre profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, além de profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa. Todos com atuação nos mesmos territórios para garantir o reconhecimento das especificidades locais que atravessam as trajetórias juvenis no período pós-medida.

As oficinas territoriais permitirão, ainda, discutir estratégias de preparação familiar e comunitária para o retorno dos adolescentes e jovens após a desvinculação da medida socioeducativa de internação, bem como qualificar o reconhecimento das redes socioassistenciais e das políticas públicas disponíveis nos territórios.

Além disso, a proposta responde à necessidade de aprofundar o debate sobre o manejo do uso problemático de álcool e outras drogas no contexto do retorno ao território, fortalecendo estratégias de redução de danos, acolhimento, escuta qualificada e articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Da mesma forma, considera-se fundamental incorporar o recorte de gênero às discussões formativas, reconhecendo as especificidades das adolescentes e jovens do sexo feminino em cumprimento ou egressas de medidas socioeducativas, especialmente aquelas atravessadas por situações de violência de gênero, exploração, vínculos abusivos e sobrecarga de responsabilidades familiares.

Acrescenta-se que a Resolução CONANDA nº 244/2024 institui a Política Nacional de Formação Continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e reforça a necessidade de capacitação permanente dos profissionais que atuam na proteção e atendimento socioeducativo.

Para a implementação dessa política, garantindo a qualificação de profissionais no âmbito estadual e alinhando-se às diretrizes nacionais, as Escolas Estaduais de Socioeducação são fundamentais. Essas escolas, estruturadas a partir do princípio da incompletude institucional, articulam-se com universidades públicas para o desenvolvimento integrado de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a produção de conhecimento e a reflexão crítica sobre as práticas socioeducativas. Atualmente, Escolas Estaduais de Socioeducação encontram-se implementadas nos estados de Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe, em parceria com universidades federais desses respectivos estados.

Nesse contexto, destaca-se a importância da participação de profissionais que atuam no âmbito das Escolas de Formação como cursistas no presente processo de capacitação a ser realizado. Enquanto responsáveis pela organização e disseminação das ações formativas nos estados, esses profissionais possibilitam a continuidade e a multiplicação das estratégias desenvolvidas no curso por meio das próprias Escolas Estaduais de Socioeducação.

Dessa forma, o aditivo proposto busca consolidar e aprofundar os resultados alcançados nas etapas anteriores do projeto, promovendo uma formação voltada ao aprimoramento técnico das equipes e à efetiva construção de mecanismos intersetoriais de acompanhamento pós-medida, alinhados às diretrizes do SINASE, às orientações do CNJ e aos princípios da proteção integral.

5.1.3. Metas complementares e etapas previstas no Termo Aditivo

Em continuidade às etapas de capacitação e produção de evidências científicas já desenvolvidas no projeto, o Termo Aditivo amplia as atividades previstas, buscando aproximar ainda mais o conhecimento produzido da realidade vivenciada pelos profissionais e pelos adolescentes e jovens atendidos nos diferentes territórios. A proposta parte da compreensão de que a

qualificação profissional ganha maior sentido quando dialoga com as necessidades concretas dos serviços, das equipes e das redes de proteção social, especialmente diante dos desafios relacionados ao acompanhamento de adolescentes e jovens no período de pós-medida socioeducativa.

Nesse sentido, a **Meta 8** – Realização de oficinas territoriais intersetoriais prevê a realização de oficinas presenciais em Brasília/DF, Manaus/AM, Recife/PE, Natal/RN, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ. As atividades envolverão profissionais do Sistema Socioeducativo, PRONASCI Juventude, CAIS Juventude, Escolas Estaduais de Socioeducação e equipes que atuam com Justiça Restaurativa. As oficinas serão espaços de diálogo, troca de experiências e qualificação profissional, com atenção ao acompanhamento pós-medida socioeducativa, à saúde mental, à redução de danos, à proteção integral e ao fortalecimento da articulação entre os diferentes serviços e políticas públicas. Está prevista a realização de 12 oficinas territoriais, com alcance de até 1.200 profissionais e elaboração de seis relatórios técnicos.

A **Meta 9** – Produção de material técnico-científico dará continuidade a esse processo, transformando os conhecimentos e as experiências trabalhados nas ações formativas e territoriais em um material que possa ser utilizado no cotidiano dos profissionais. Para isso, será elaborada uma cartilha teórico-prática sobre acompanhamento pós-medida socioeducativa, abordando estratégias de redução de danos, saúde mental, Justiça Restaurativa e articulação intersetorial. A publicação será destinada aos profissionais da rede socioeducativa e de proteção social, com o objetivo de oferecer referências práticas que possam apoiar o atendimento, o acompanhamento e a construção de estratégias mais adequadas às necessidades dos adolescentes e jovens nos diferentes territórios. A meta prevê a elaboração de uma cartilha técnico-operativa, com conteúdo sistematizado e disponibilização de versão digital diagramada.

A **Meta 10** – Desenvolvimento de pesquisa, sistematização de evidências e relatório final permitirá olhar de forma mais aprofundada para as experiências e informações produzidas ao longo do projeto. A pesquisa buscará compreender as práticas profissionais e os principais desafios relacionados ao pós-medida socioeducativa, à saúde mental, ao uso de álcool e outras drogas, à Justiça Restaurativa e às vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo. A sistematização das informações dos seis territórios participantes contribuirá para conhecer melhor as diferentes realidades locais e identificar elementos que possam apoiar o aprimoramento das práticas profissionais e das políticas públicas. Como produtos, estão previstos um banco de informações sistematizadas, um diagnóstico situacional dos territórios participantes e um relatório técnico-científico.

A **Meta 11** - Desenvolvimento e adaptação dos conteúdos educacionais produzidos no âmbito do projeto para oferta em formato de Educação a Distância (EaD), a ser disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, em articulação com a Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD).

As quatro metas foram pensadas de forma articulada, permitindo que formação, experiência territorial, produção de materiais e pesquisa, bem como o desenvolvimento e adaptação dos conteúdos educacionais para oferta em formato de Educação a Distância (EaD), se complementem ao longo da execução do projeto. As oficinas da Meta 8 possibilitarão conhecer de perto as demandas, experiências e desafios vivenciados pelos profissionais nos territórios. A Meta 9 transformará parte desse conhecimento em um material de apoio acessível e aplicável à prática profissional. Por sua vez, a Meta 10 permitirá organizar, analisar e consolidar as informações e evidências produzidas, contribuindo para uma compreensão mais ampla das realidades encontradas e para o aprimoramento das ações desenvolvidas. E, por fim, a Meta 11, ampliará o acesso às ações formativas e assegurará a sustentabilidade dos produtos educacionais gerados.

Com essa ampliação, o projeto fortalece sua dimensão prática e sua capacidade de produzir resultados que possam permanecer para além das atividades realizadas. A intenção é que os conhecimentos construídos com os profissionais e nos territórios sejam sistematizados, compartilhados e utilizados como referência para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações de atendimento e proteção social. Dessa forma, o Termo Aditivo contribui para fortalecer o trabalho conjunto entre os diferentes atores envolvidos no atendimento socioeducativo e para qualificar as estratégias de acompanhamento de adolescentes e jovens, especialmente no processo de transição para o retorno ao convívio familiar, comunitário e territorial.

5.1.4. Objetivo geral

Promover oficinas territoriais presenciais para profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação e de equipes que atuam com práticas de Justiça Restaurativa, visando fortalecer a articulação intersetorial e a construção de fluxos de acompanhamento de adolescentes e jovens em fase de desligamento da medida socioeducativa de internação, com foco no retorno ao convívio familiar, comunitário e territorial, no acesso às políticas públicas, no manejo das demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos e nas especificidades de gênero no atendimento às adolescentes e jovens do sexo feminino.

5.1.5 Objetivos específicos

- Fortalecer o diálogo técnico e a articulação intersetorial entre profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação e profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa nos municípios, acerca dos desafios relacionados à pós-medida socioeducativa;
- Promover discussões sobre preparação familiar, comunitária e territorial para o retorno dos adolescentes e jovens após a desvinculação da medida socioeducativa de internação;
- Mapear a rede socioassistencial, de saúde, de saúde mental e demais políticas públicas dos territórios, qualificando fluxos intersetoriais de encaminhamento, acompanhamento e cuidado dos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo;
- Incentivar o reconhecimento dos territórios de vida dos adolescentes e jovens, considerando fatores de proteção, vulnerabilidades, riscos sociais e os impactos das violências institucionais vivenciadas durante o cumprimento da medida socioeducativa;
- Promover a articulação entre as ações ofertadas pelo PRONASCI Juventude, pelos CAIS Juventude, pelas Escolas

Estaduais de Socioeducação e pelas iniciativas de Justiça Restaurativa voltadas a adolescentes e jovens em fase de desligamento da medida socioeducativa;

- Qualificar os profissionais para o manejo das demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, visando à articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e construção de estratégias de cuidado em saúde mental no período pós-medida;
- Desenvolver reflexões sobre os impactos do uso problemático de substâncias psicoativas, sofrimento psíquico, medicalização e interrupção abrupta de medicações no contexto socioeducativo, considerando situações de violência institucional e violações de direitos, incluindo práticas análogas à tortura;
- Produzir material teórico, em formato de cartilha, voltado à orientação de profissionais acerca do manejo no pós-medida relacionado ao uso de álcool e outras drogas, à saúde mental e a estratégias de redução de danos, com foco na atuação intersetorial e territorializada;
- Desenvolver reflexões sobre gênero e socioeducação, considerando as especificidades de adolescentes e jovens do sexo feminino no período pós-medida, especialmente quanto ao maior uso de medicação psicotrópica, automutilação, sofrimento psíquico, violências de gênero e processos de estigmatização;
- Fortalecer a capacidade formativa das Escolas Estaduais de Socioeducação por meio da participação de seus profissionais nas oficinas.
- Ampliar o acesso às ações formativas e assegurar a sustentabilidade dos produtos educacionais gerados, adaptando os conteúdos educacionais produzidos no âmbito do projeto para oferta em formato de Educação a Distância (EaD).

5.1.6. Metodologia

A formação será desenvolvida por meio de oficinas presenciais territoriais voltadas à qualificação técnica e à articulação intersetorial entre profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação e profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa nos municípios. As atividades terão como foco principal o manejo de adolescentes e jovens em fase final de cumprimento da medida socioeducativa de internação, considerando os desafios relacionados ao desligamento institucional e ao retorno ao convívio familiar, comunitário e territorial.

A metodologia adotada privilegiará a construção coletiva de conhecimentos, o diálogo entre diferentes políticas públicas e a troca de experiências entre os profissionais participantes, visando fortalecer estratégias integradas de proteção social e acompanhamento no período pós-medida socioeducativa. As oficinas partirão da realidade concreta dos territórios e das experiências das equipes, articulando reflexão teórica, análise de casos, debates orientados e construção compartilhada de fluxos e possibilidades de atuação conjunta.

Abrangência territorial

A formação será realizada nas cidades de Porto Alegre, Natal, Recife, Manaus, Rio de Janeiro e Brasília, territórios prioritários marcados por elevados índices de vulnerabilidade social e violência letal, nos quais já atuam equipes do PRONASCI Juventude e/ou CAIS Juventude. A definição desses locais considerou a existência prévia dessas ações nos territórios, bem como a presença de unidades socioeducativas de internação. Destaca-se que, dentre esses territórios, Manaus, Porto Alegre e Rio de Janeiro possuem Escolas Estaduais de Socioeducação, cujos profissionais também participarão das oficinas.

Organização e carga horária

Em cada território, serão promovidos quatro encontros, totalizando 40 horas de formação, sendo 32 horas destinadas às oficinas presenciais, organizadas em quatro dias de atividades com duração de 8 horas por dia, e mais 8 horas voltadas à leitura orientada de textos e materiais teóricos relacionados às temáticas trabalhadas ao longo da formação. Os encontros ocorrerão em dois blocos formativos, com intervalo aproximado de quinze dias entre eles. Os professores/palestrantes responsáveis por cada oficina indicarão previamente textos, referências e materiais de estudo complementares, visando aprofundar as discussões e subsidiar tecnicamente as equipes participantes.

Participantes e composição das oficinas

Participarão das oficinas 200 profissionais por município, incluindo trabalhadores das unidades socioeducativas de internação, especialmente aqueles que atuam diretamente com adolescentes e jovens em fase de desligamento da medida socioeducativa, agentes territoriais do PRONASCI Juventude, integrantes das equipes dos CAIS Juventude e profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa. Nos municípios que possuem Escolas Estaduais de Socioeducação, também participarão profissionais vinculados a essas instituições formativas. Também estarão presentes nas oficinas membros da coordenação do projeto de formação e professores/palestrantes responsáveis pela condução das atividades.

Ressalta-se que os profissionais a serem capacitados nos 06 (seis) municípios serão indicados pela Senad e pelo MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), em parceria com as equipes locais do PRONASCI Juventude, do CAIS Juventude, do Sistema Socioeducativo e das Escolas Estaduais de Socioeducação. Essas equipes também serão responsáveis por indicar profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa nos municípios

Estratégias metodológicas e organização dos grupos

Para garantir a realização das oficinas em formato teórico-prático e favorecer a qualificação dos debates, os participantes serão organizados, em um primeiro momento, em grupos por áreas de atuação e inserção institucional, com vistas a possibilitar discussões mais específicas acerca dos desafios, fluxos e práticas de cada política pública. Em um segundo momento, serão constituídos grupos integrados com representação de todas as áreas envolvidas, visando promover diálogo intersetorial.

Cada encontro será estruturado em torno de um eixo temático específico, priorizando metodologias participativas e atividades práticas voltadas à qualificação da atuação profissional e à construção de estratégias concretas de acompanhamento territorial. Os temas trabalhados serão:

1. **Articulação Intersetorial e Fluxos de Acompanhamento no Pós-Medida Socioeducativa:** Integração entre o Sistema Socioeducativo, o PRONASCI Juventude e o CAIS Juventude; construção de estratégias de acolhimento, oferta de direitos, acompanhamento e encaminhamento territorial de adolescentes e jovens egressos.

2. **Família, Comunidade e Território no Retorno Pós-Medida:** Preparação familiar e comunitária; reconhecimento dos territórios de vida; fatores de proteção, vulnerabilidades sociais e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

3. **Uso de Álcool e Outras Drogas: Manejo, Redução de Danos e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):** Discussão sobre o uso de álcool e outras drogas no contexto do pós-medida socioeducativa, com foco nas estratégias de cuidado orientadas pela abordagem da redução de danos, na articulação com a RAPS e na construção de fluxos intersetoriais de saúde mental e proteção social. O eixo abordará, ainda, os impactos do sofrimento psíquico e das violências institucionais no contexto socioeducativo, incluindo reflexões sobre práticas análogas à tortura, medicalização excessiva e retirada brusca de medicações, sobretudo por ocasião da liberação da medida socioeducativa e do retorno dos adolescentes e jovens ao território.

4. **Gênero e Socioeducação: Especificidades das Adolescentes e Jovens no Pós-Medida:** Reflexões sobre violência de gênero, exploração, vínculos abusivos, envolvimento com o tráfico de drogas e estratégias de cuidado voltadas às adolescentes e jovens do sexo feminino. O eixo abordará, ainda, questões relacionadas ao sofrimento psíquico, ao maior uso e à prescrição de medicação psicotrópica entre meninas no contexto socioeducativo, às práticas de automutilação e aos impactos das desigualdades de gênero na produção do cuidado e no acesso às políticas públicas, especialmente no período de desligamento da medida socioeducativa e de retorno ao território.

As oficinas buscarão promover capacitação técnica e aproximação institucional entre as equipes, favorecendo a construção de vínculos profissionais, o reconhecimento das redes locais de proteção e o desenvolvimento de estratégias compartilhadas de cuidado e acompanhamento para adolescentes e jovens em fase de cumprimento de medida ou egressos do sistema socioeducativo.

Cartilha teórico-prática

Como etapa complementar às oficinas, será elaborado uma cartilha teórico-prática voltada ao manejo no pós-medida socioeducativa de adolescentes e jovens com demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, na perspectiva da redução de danos e da atenção em saúde mental. O material terá caráter técnico-operativo e buscará subsidiar profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação e demais atores da rede intersetorial na condução de práticas de cuidado territorializadas.

A construção da cartilha ocorrerá de forma colaborativa, com a participação dos coordenadores do projeto e dos professores/palestrantes responsáveis pelas oficinas territoriais, considerando os debates, as experiências e as especificidades territoriais identificadas ao longo da execução do curso. Além de sistematizar conteúdos teóricos, fluxos de encaminhamento e estratégias metodológicas, o material contemplará orientações práticas relacionadas ao manejo do sofrimento psíquico, à continuidade do cuidado em saúde mental, às estratégias de redução de danos e às situações de vulnerabilidade agravadas no processo de desligamento da medida socioeducativa. A cartilha funcionará, assim, como instrumento de apoio técnico e multiplicação formativa, possibilitando que os conteúdos trabalhados nas oficinas sejam compartilhados e disseminados entre outros profissionais e serviços dos territórios envolvidos.

Adaptação do curso para o formato de Educação à Distância (EaD)

A adaptação do curso para a modalidade de Educação a Distância (EaD), a ser ofertado pela Escola Nacional de Política sobre Drogas (ESNAD/MJSP), observando seus referenciais pedagógicos e metodológicos, deverá preservar os objetivos, conteúdos e princípios metodológicos desenvolvidos na formação presencial, mas incorporar recursos pedagógicos próprios do ambiente virtual. Propõe-se um curso nacional de 40 horas, organizado em oito semanas, com quatro módulos temáticos correspondentes aos eixos centrais da proposta:

1) articulação intersetorial e fluxos de acompanhamento no pós-medida socioeducativa;

2) família, comunidade e território no retorno pós-medida;

3) uso de álcool e outras drogas, redução de danos e Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); e

4) gênero e socioeducação.

Cada módulo terá videoaulas curtas extraídas das aulas presenciais, textos orientadores, materiais complementares, estudos de caso, e atividades práticas, de modo a articular conhecimento teórico, reflexão crítica e aplicação à realidade profissional. Essa estrutura mantém a perspectiva original de construção coletiva do conhecimento, análise de casos e elaboração compartilhada de estratégias de atuação.

A metodologia deverá ser baseada em atividades assíncronas que permitirão que profissionais de diferentes regiões participem conforme sua disponibilidade. A composição das atividades deverá estimular a participação de profissionais do Sistema Socioeducativo, PRONASCI Juventude, CAIS Juventude, Escolas Estaduais de Socioeducação, Justiça Restaurativa e demais serviços da rede de proteção, reproduzindo virtualmente a lógica de diálogo intersetorial prevista na formação presencial.

5.1.7 Cronograma

Tabela 1. Cronograma de realização do projeto

Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Seleção e inscrição dos participantes	x	x	x	x								
Seleção dos professores/palestrantes	x	x	x	x								
Adaptação do curso presencial para o formato EaD	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Seminário de Abertura on line					x							
Realização das oficinas em Brasília/DF					x							
Realização das oficinas em Manaus/AM						x						
Realização das oficinas em Recife/PE							x					
Realização das oficinas em Natal/RN								x				
Realização das oficinas em Porto Alegre/RS									x			
Realização das oficinas no Rio de Janeiro/RJ										x		
Seminário de Encerramento on line										x		
Organização dos dados coletados					x	x	x	x	x	x		
Sistematização da cartilha						x	x	x	x	x	x	
Produção e distribuição da cartilha											x	x
Produção de artigos científicos					x	x	x	x	x	x	x	x
Relatório Final	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Tabela 2. Cronograma de realização das oficinas por município e carga horária

Município	1ª oficina			2ª oficina		
	1º dia	2º dia	Leitura orientada	1º dia	2º dia	Leitura orientada
Brasília/DF	8h às 12h (4h) 13h às 17h (43h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h
Manaus/AM	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h
Recife/PE	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h
Natal/RN	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h
Porto Alegre/RS	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h
Rio de Janeiro/RJ	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	8h às 12h (4h) 13h às 17h (4h)	4h

5.1.8 Equipe e participantes

A equipe do projeto será composta pelo núcleo gestor de pesquisadores, pela equipe de apoio à pesquisa, pelos professores/palestrantes das oficinas presenciais e apoio técnico local.

O núcleo gestor será responsável pelo planejamento, gestão, acompanhamento e supervisão de todas as atividades do projeto, e será composta por pessoas com vínculo/parceria junto à Universidade de Brasília (UnB). A equipe de apoio à pesquisa será responsável pela coleta de dados, o armazenamento e no apoio ao tratamento de dados, bem como as inscrições, emissão de certificados e acompanhamento administrativo-financeiro e logístico de todas as etapas do projeto. Os professores/palestrantes da capacitação presencial serão selecionados de acordo com sua experiência e formação na área temática.

A equipe de capacitação será composta por:

· **04 (quatro) Professores/Palestrantes**, cada um deles responsável por 04 horas de aula presencial, indicação de textos-base e opcionais, e 01 hora de estudo teórico, com elaboração de reflexão crítica aos membros da Equipe Multiprofissional;

· **01 (um) Apoio Técnico**, que dará apoio aos professores/palestrante do tema durante as oficinas;

· **02 (dois) Gestores do Núcleo Gestor**, responsáveis por estabelecer contato com a Equipe Multiprofissional local e acompanhamento e monitoramento das atividades.

Finalizada a etapa de oficinas, prevista para ocorrer ao longo de 6 (seis) meses, a equipe gestora do projeto fará o acompanhamento longitudinal das Equipes Multiprofissionais, para colaborar na implementação prática dos conteúdos trabalhados nas oficinas, na lógica do matriciamento das equipes, tendo como eixos de compreensão as características pessoais de cada adolescente, sua história familiar e as condições socioculturais do território em que se insere..

Caso não se alcance a quantidade indicada de participantes nas vagas por município, será utilizada a metodologia de busca ativa, com acionamento das redes locais para convidar os profissionais que atuam direta ou indiretamente no atendimento socioeducativo.

5.2 RESULTADOS ESPERADOS (ADITIVO)

- Fortalecimento da articulação intersetorial entre profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação nos municípios em que estão implementadas, e de profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa, com a consolidação de fluxos integrados de acompanhamento de adolescentes e jovens em fase de desligamento da medida socioeducativa.
- Qualificação técnica dos profissionais participantes para o manejo de demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, à saúde mental e à redução de danos.
- Ampliação do acesso de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo às políticas públicas e redes de proteção social, por meio do fortalecimento de estratégias de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento no pós-medida.
- Desenvolvimento de estratégias territorializadas de apoio ao retorno familiar e comunitário de adolescentes e jovens, considerando fatores de vulnerabilidade social, proteção integral e especificidades de gênero no atendimento às adolescentes e jovens do sexo feminino.

5.3. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO TED (ADITIVO)

Em razão da inclusão de novas metas e da necessidade de adequação do cronograma de execução, propõe-se a atualização do Plano de Trabalho, contemplando as novas metas previstas e a correspondente readequação do prazo de vigência do TED. Dessa forma, estabelece-se como nova data final de **vigência 21 de dezembro de 2027 (37 meses)**, período necessário para a execução integral das metas e atividades pactuadas.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivos Gerais

Capacitar e analisar o processo de capacitação com a produção de evidência científica de/sobre profissionais para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada em territórios identificados pelos índices de violência letal, e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo que atuam no SINASE, em sistemas correlacionados (de Justiça, de Saúde, de Assistência Social e de Educação) e/ou em programas governamentais específicos, sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais.

6.2 Objetivos Específicos

1. Capacitar presencialmente as Equipes Multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada em territórios identificados pelos índices de violência letal, e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local;

2. Realizar capacitação nacional à distância (EaD) para profissionais que atuam no SINASE e em sistemas correlacionados – de Justiça, de Saúde, de Assistência Social e de Educação – sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local;

3. Caracterizar e analisar os dados da avaliação de impacto dos cursos de capacitação;

4. Caracterizar e analisar os dados sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais participantes;

5. Investigar, analisar e apresentar as evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação sobre as atitudes dos profissionais em relação aos adolescentes que usam drogas em situação de vulnerabilidade;

6. Associar os dados sociodemográficos e de formação dos profissionais às atitudes manifestadas sobre os adolescentes em relação aos adolescentes em situação de vulnerabilidade que fazem uso de drogas;

7. Produzir evidências científicas sobre os desafios enfrentados por profissionais que atuam com adolescentes em uso de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e como enfrentá-los;

8. Publicar as evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação em periódico científico internacional de grande impacto, em periódico científico nacional, em tese de doutorado, dissertações de mestrado e projetos de iniciação científica.

9. Fortalecer o diálogo técnico e a articulação intersetorial entre profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação e profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa nos municípios, acerca dos desafios relacionados à pós-medida socioeducativa (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

10. Promover discussões sobre preparação familiar, comunitária e territorial para o retorno dos adolescentes e jovens após a desvinculação da medida socioeducativa de internação (ADITIVO)

11. Mapear a rede socioassistencial, de saúde, de saúde mental e demais políticas públicas dos territórios, qualificando fluxos intersetoriais de encaminhamento, acompanhamento e cuidado dos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

12. Incentivar o reconhecimento dos territórios de vida dos adolescentes e jovens, considerando fatores de proteção, vulnerabilidades, riscos sociais e os impactos das violências institucionais vivenciadas durante o cumprimento da medida socioeducativa (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

13. Promover a articulação entre as ações ofertadas pelo PRONASCI Juventude, pelos CAIS Juventude, pelas Escolas Estaduais de Socioeducação e pelas iniciativas de Justiça Restaurativa voltadas a adolescentes e jovens em fase de desligamento da medida socioeducativa (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

14. Qualificar os profissionais para o manejo das demandas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, visando à articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e construção de estratégias de cuidado em saúde mental no período pós-medida (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

15. Desenvolver reflexões sobre os impactos do uso problemático de substâncias psicoativas, sofrimento psíquico, medicalização e interrupção abrupta de medicações no contexto socioeducativo, considerando situações de violência institucional e violações de direitos, incluindo práticas análogas à tortura (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

16. Produzir material teórico, em formato de cartilha, voltado à orientação de profissionais acerca do manejo no pós-medida relacionado ao uso de álcool e outras drogas, à saúde mental e a estratégias de redução de danos, com foco na atuação intersetorial e territorializada (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

17. Desenvolver reflexões sobre gênero e socioeducação, considerando as especificidades de adolescentes e jovens do sexo feminino no período pós-medida, especialmente quanto ao maior uso de medicação psicotrópica, automutilação, sofrimento psíquico, violências de gênero e processos de estigmatização (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

18. Fortalecer a capacidade formativa das Escolas Estaduais de Socioeducação por meio da participação de seus profissionais nas oficinas (ADITIVO, detalhado no item 5.1).

7. METODOLOGIA

A capacitação será realizada em duas etapas (não necessariamente uma após a outra, podendo ocorrer de forma simultânea), uma presencial nos municípios de Salvador e Rio de Janeiro, e outra à distância (EaD) que estão detalhadas adiante.

A capacitação presencial terá duração de 5 meses, com 100 horas ao todo, distribuídas por cinco módulos temáticos de 20 horas cada um, voltada para os profissionais (quantitativo ainda a ser definido) que compõem as Equipes Multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude em Salvador e Rio de Janeiro.

A capacitação à distância será realizada de forma híbrida, sendo uma parte virtual (100 horas) e uma parte presencial (20 horas), totalizando 120 horas com oferta de 2000 vagas. A parte virtual terá duração de 7 meses e será distribuída por cinco módulos temáticos de 20 horas cada um. Todos os módulos serão gravados em plataforma virtual para que o participante possa acessar de acordo com sua melhor conveniência, respeitando o cronograma de execução das atividades. A parte presencial ocorrerá em dois seminários nacionais (de abertura e encerramento) de 10 horas cada um realizados em Brasília-DF, que também serão transmitidos online.

Há, ainda, uma terceira etapa de formação referente ao aditivo deste TED(detalhado no item 5.1), que será desenvolvida por meio de oficinas presenciais territoriais voltadas à qualificação técnica e à articulação intersetorial entre profissionais do Sistema Socioeducativo, do PRONASCI Juventude, dos CAIS Juventude, das Escolas Estaduais de Socioeducação e profissionais que atuam com práticas de Justiça Restaurativa nos municípios. As atividades terão como foco principal o manejo de adolescentes e jovens em fase final de cumprimento da medida socioeducativa de internação, considerando os desafios relacionados ao desligamento institucional e ao retorno ao convívio familiar, comunitário e territorial.

7.1 Equipe e participantes

A equipe do projeto será composta pelo núcleo gestor, pelos tutores online do curso à distância, pela equipe de tecnologia e administração, pelos professores/colaboradores do curso presencial em Salvador e Rio de Janeiro, e pelos professores do curso à distância.

O núcleo gestor será responsável pelo planejamento, gestão, acompanhamento e supervisão de todas as atividades do projeto, e será composta por pessoas com vínculo/parceria junto à Universidade de Brasília (UnB). Os tutores de conteúdo online serão contratados mediante processo seletivo simples e atuarão como apoio e mediação entre os participantes e a plataforma de conteúdo online do curso à distância com o objetivo de responder e/ou encaminhar dúvidas e perguntas das aulas teóricas, além de acompanhar o cumprimento das tarefas de cada aula. A equipe de tecnologia e administração será contratada mediante processo seletivo simples e será responsável por viabilizar a gravação, o armazenamento e a transmissão das aulas teóricas online na plataforma do curso, bem como as inscrições, emissão de certificados e acompanhamento administrativo-financeiro e logístico de todas as etapas do projeto. Os professores/colaboradores da capacitação presencial serão selecionados de acordo com sua experiência e formação na área temática de cada aula, da mesma forma os professores do curso à distância, que irão ministrar as aulas teóricas virtuais.

7.2 Produtos

- Curso presencial de capacitação das Equipes Multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada em territórios identificados pelos índices de violência letal, e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local;
- Curso de capacitação à distância em âmbito nacional para profissionais que atuam no SINASE e em sistemas correlacionados – de Justiça, de Saúde, de Assistência Social e de Educação – sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local;
- Dados sobre a avaliação de impacto dos cursos de capacitação;
- Dados sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais participantes;
- Evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação sobre as atitudes dos profissionais em relação aos adolescentes em situação de vulnerabilidade que fazem uso de drogas;
- Dados sociodemográficos associados aos de formação dos profissionais e às atitudes manifestadas sobre os adolescentes que usam drogas em situação de vulnerabilidade;
- Evidências científicas sobre os desafios enfrentados por profissionais que atuam com adolescentes em uso de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e como enfrentá-los;
- Publicação das evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação em periódico científico internacional de grande impacto, em periódico científico nacional, em tese de doutorado, dissertações de mestrado e projetos de iniciação científica.
- Conteúdos educacionais desenvolvidos e adaptados para a oferta em formato de Educação a Distância (EaD).

7.3 Descrição dos Produtos

Curso presencial de capacitação das Equipes Multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada em territórios identificados pelos índices de violência letal, e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local.

O curso presencial de capacitação das Equipes Multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude terá os seguintes eixos temáticos por módulo:

Quadro 01. Proposta de Eixos Temáticos por Módulo

Modulo/Eixo Temático	Descrição do Tema	Carga Horária	Prazo
01. Adolescências	Apresentação aos participantes da pluralidade do conceito	20 Horas (16 horas presenciais) (04 horas de estudo)	1 vez por mês em cada município, sendo dois dias de capacitação de 8horas cada dia.

02. Uso de álcool e outras drogas, tráfico de drogas, e saúde mental	Conceitos e ênfase na perspectiva da prevenção, tratamento e redução de danos relacionadas ao uso de drogas e à saúde mental, e do tráfico de drogas como a pior forma de trabalho infantil	20 Horas (16 horas presenciais) (04 horas de estudo)	1 vez por mês em cada município, sendo dois dias de capacitação de 8horas cada dia.
03. Metodologias sobre abordagens do adolescente, de seus interesses, de atividades laborais e projetos de vida.	Conceitos e práticas sobre abordagem psicossocial, projetos de vida e reinserção social do adolescente, oficinas temáticas de mapeamento de interesses do adolescente e de atividades laborais, e projetos de vida	20 Horas (16 horas presenciais) (04 horas de estudo)	1 vez por mês em cada município, sendo dois dias de capacitação de 8horas cada dia.
04. Articulação territorial e mobilização de público das redes de cuidado	Atuação multiprofissional no atendimento ao adolescente, articulação com redes de serviços de saúde, de proteção social, de educação, comunitária, e de direitos dos adolescentes.	20 Horas (16 horas presenciais) (04 horas de estudo)	1 vez por mês em cada município, sendo dois dias de capacitação de 8horas cada dia.
05. Redução de Danos: uma perspectiva social e territorializada	Apresentação de conceitos e práticas sobre redução de danos centrada em fatores de risco e proteção sociais e territoriais em contraposição a fatores individuais	20 Horas (16 horas presenciais) (04 horas de estudo)	1 vez por mês em cada município, sendo dois dias de capacitação de 8horas cada dia.
	Total	100 horas (80 horas presenciais) (20 horas de estudos)	5 meses

Cada módulo contará com 16 horas de aulas presenciais (8 horas por dia em dois dias) e 04 horas para estudos de caso, a serem ministradas 1 vez por mês em Salvador e no Rio de Janeiro, com quatro palestrantes diferentes.

Quadro 02. Distribuição de Horas Presenciais e Teóricas por Módulo

Módulo			
1º Dia		**2º Dia**	
Professor 01	4h aula presencial 1h estudo teórico	Professor 03	4h aula presencial 1h estudo teórico
Professor 02	4h aula presencial 1h estudo teórico	Professor 04	4h aula presencial 1h estudo teórico

Uma vez por mês, a equipe de capacitação irá aos municípios selecionados do PRONASCI Juventude, Rio de Janeiro e Salvador, para realizar a capacitação presencial da Equipe Multiprofissional em dois dias inteiros. Sugere-se a realização das aulas aos finais de semana, para facilitar a participação.

A equipe de capacitação será composta por:

- **04 Professores**, cada um deles responsável por 04 horas de aula presencial, indicação de textos-base e opcionais, e 01 hora de estudo teórico, com elaboração de reflexão crítica aos membros da Equipe Multiprofissional;
- **03 Auxiliares**, que dará apoio aos professores do módulo durante as aulas;
- **01 Gestor do Núcleo Gestor**, responsável por estabelecer contato com a Equipe Multiprofissional local e acompanhamento e monitoramento das atividades.

Finalizada a capacitação presencial, prevista para ocorrer ao longo de 5 meses, a equipe gestora do projeto fará o acompanhamento longitudinal das Equipes Multiprofissionais no Rio de Janeiro e Salvador, para colaborar na implementação prática dos conteúdos trabalhados no curso de capacitação, na lógica do matriciamento das equipes, tendo como eixos de compreensão as características pessoais de cada adolescente, sua história familiar e as condições socioculturais do território em que se insere. Esse acompanhamento será realizado por meio de idas mensais de dois membros do Núcleo Gestor do projeto por 5 meses com duração de dois dias aos dois municípios, onde serão realizadas visitas aos locais de execução das atividades das Equipes Multiprofissionais e reuniões para discussão de casos e supervisão.

A equipe de acompanhamento longitudinal de implementação prática dos conteúdos da capacitação será composta por:

- **02 Gestores do Núcleo Gestor**, responsável por estabelecer contato com a Equipe Multiprofissional local e acompanhamento e monitoramento das atividades.

Para o acompanhamento desta etapa, o Núcleo Gestor abordará, entre outros aspectos, junto aos membros das Equipes Multiprofissionais:

- O estabelecimento de relação de afeto – *rapport* – da Equipe Multiprofissional junto aos adolescentes (importância da escuta do adolescente, criação de espaço seguro e sem julgamentos, respeito à privacidade do adolescente, etc);
- Informações relativas à história familiar do adolescente: formação familiar atual, histórico de migrações, estado dos laços afetivos, escolaridade e profissão dos membros familiares, histórico de violência intrafamiliar, histórico de uso de álcool e outras drogas pelos familiares e relação com o tráfico de drogas;
- Informações relativas à inserção em redes socioprotetivas;
- Situações de risco em que o adolescente se encontre;
- Oferta de serviços pela rede local.

Além disso, será proposto um modelo de monitoramento e avaliação das atividades realizadas (Anexo 5).

- **Curso de capacitação à distância (EaD) em âmbito nacional para profissionais que atuam no SINASE e em sistemas correlacionados – de Justiça, de Saúde, de Assistência Social e de Educação – sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local.**

O curso para capacitação de profissionais sobre manejo de álcool e outras drogas, saúde mental e habilidades laborais, será realizado à distância, sendo ofertado a profissionais do SINASE, do SUAS, do SUS, da Educação Pública e do Sistema de Justiça que, em seu cotidiano, tem contato com adolescentes que, muitas vezes, fazem uso problemático de álcool e outras drogas e, por conta disso, exigem um manejo específico de suas questões e sofrimentos, com uma compreensão ampla dos fatores de risco que se associam ao uso de drogas, e suas consequências sobre a vida psíquica, individual, familiar e social do adolescente.

Tanto a abertura do curso quanto o encerramento do curso serão realizados no Distrito Federal e transmitido, via plataforma digital, para os participantes do curso com a seguinte proposta de programação:

Quadro 03. Proposta de Programação Temática do Seminário de Abertura

Seminário de Abertura (10 horas)	**Horário**
Mesa de Abertura: Autoridades, Equipe Gestora, Parceiros Institucionais	8h00-09h00
1ª Mesa: Adolescências e Adolescentes no Sistema Socioeducativo	9h00-11h30
2ª Mesa: SINASE, SUS, SUAS, Educação, Judiciário: A importância do trabalho em rede	11h30-13h00
Almoço	13h00-14h00
3ª Mesa: Adolescência, uso problemático de álcool e outras drogas, redução de danos, e saúde mental	14h00-16h00
4ª Mesa: Adolescentes e tráfico de drogas: violação de direitos, fatores de proteção e de risco	16h00-18h00

Finalizado o seminário, terá início o curso à distância. Serão abertas, inicialmente, 2000 vagas buscando alcançar representatividade mínima de todos os estados, conforme a tabela a seguir:

Tabela 01. Quantitativo de participantes e tutores online conforme participação dos estados no SINASE1,2

Unidade Federativa	Quantidade de Adolescentes Vinculados ao Sistema Socioeducativo	Porcentagem de Adolescentes por Estado	Quantidade de Unidades Socioeducativas	Porcentagem de Unidades Socioeducativas por Estado	Participantes	Tutores Online
AC	931	3,57	8	1,65	33,06	1
AL	235	0,90	14	2,89	57,85	2
AM	211	0,81	5	1,03	20,66	1
AP	158	0,61	4	0,83	16,53	1
BA	703	2,69	11	2,27	45,45	1
CE	935	3,58	16	3,31	66,12	2
DF	798	3,06	13	2,69	53,72	2
ES	945	3,62	13	2,69	53,72	2
GO	387	1,48	10	2,07	41,32	1
MA	317	1,21	11	2,27	45,45	1
MG	1839	7,04	35	7,23	144,63	5
MS	39	0,15	10	2,07	41,32	1
MT	122	0,47	8	1,65	33,06	1
PA	411	1,57	15	3,10	61,98	2
PB	545	2,09	7	1,45	28,93	1
PE	1246	4,77	22	4,55	90,91	2
PI	295	1,13	7	1,45	28,93	1
PR	902	3,45	27	5,58	111,57	3
RJ	1931	7,40	24	4,96	99,17	3
RN	1606	6,15	9	1,86	37,19	1
RO	315	1,21	9	1,86	37,19	1
RR	100	0,38	1	0,21	4,13	1
RS	1369	5,24	23	4,75	95,04	3
SC	340	1,30	24	4,96	99,17	3
SE	264	1,01	5	1,03	20,66	1
SP	9021	34,55	145	29,96	599,17	13
TO	144	0,55	8	1,65	33,06	1
TOTAL	26109	100	484	100	2000	57

1. O quantitativo de adolescentes e de unidades foi baseado nos dados do último relatório sobre a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo lançado pelo MDHC em dezembro de 2023

2. Para fins informativos, foram destacados os quinze estados com maior quantidade percentual de adolescentes vinculados ao sistema socioeducativo.

Caso não se alcance a quantidade indicada de participantes inscritos por estado, será utilizada a metodologia de busca ativa, com acionamento das redes locais para convidar os profissionais que atuam direta ou indiretamente no atendimento socioeducativo. É importante destacar que o número de vagas disponibilizadas - 2000 - se trata de uma sugestão, que a participação dos profissionais deverá ser estimulada pelos estados com apoio e incentivo da coordenação do curso e da SENAD/MJSP.

O curso online terá os seguintes conteúdos:

Quadro 04. Proposta dos Módulos Teóricos do Curso à Distância

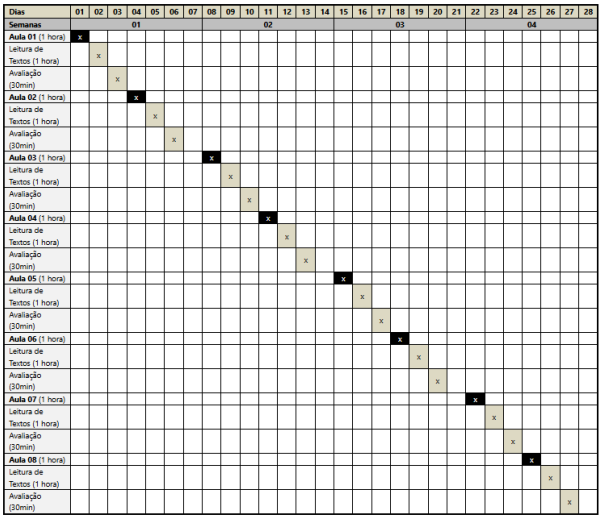
Modulo	Descrição do Tema	Carga Horária	Prazo
01. Adolescências	Apresentação aos participantes da pluralidade do conceito	20 Horas (8 Aulas de 2h30)	4 Semanas
02. Uso de álcool e outras drogas, tráfico e saúde mental	Conceitos e ênfase na perspectiva da prevenção, tratamento e redução de danos relacionadas ao uso de drogas e à saúde mental, e do tráfico como a pior forma de trabalho infantil;	20 Horas (8 Aulas de 2h30)	4 Semanas
03. O Sistema Socioeducativo	Conceitos, abordagem psicossocial, projetos de vida e reinserção social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa com transtorno mental e/ou uso de álcool e outras drogas;	20 Horas (8 Aulas de 2h30)	4 Semanas
04. Interfaces entre SINASE, SUAS, SUS, Judiciário e Educação	Atuação multiprofissional no atendimento ao adolescente, e redes de serviços de saúde, de proteção social, educação e de direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.	20 Horas (8 Aulas de 2h30)	4 Semanas
05. Redução de Danos: uma perspectiva social e territorializada	Apresentação da proposta de redução de danos, centrada em fatores de risco e proteção sociais e territoriais em contraposição a fatores individuais	20 Horas (8 Aulas de 2h30)	4 Semanas
Total		100 Horas (40 Aulas de 2h30)	20 Semanas

Cada Módulo será composto por oito aulas, de duas horas e meia, dividido em: (i)uma aula online, a ser ministrada por palestrante convidado com atuação no tema da aula; (ii)a leitura de textos obrigatórios, com uma opção extra de textos de aprofundamento; e (iii)uma avaliação que sirva como controle das atividades realizadas pelos participantes.

O último módulo terá uma estrutura diferente de realização, uma vez que servirá para que os participantes sejam orientados a elaborar uma proposta de projeto de intervenção prática a ser implementado junto aos adolescentes vinculados ao sistema socioeducativo local, de sua região/estado.

Cada Módulo terá a seguinte composição de atividades e suas respectivas cargas horárias:

Quadro 05. Proposta de Distribuição de Aulas por Módulo (Atividade e Carga Horária)



* Os espaços marcados em preto são os dias em que as aulas serão lançadas.

* Será dado um dia de intervalo a cada duas aulas.

Para o encerramento da primeira etapa do projeto, será realizado um novo seminário, centrado dessa vez num balanço avaliativo do curso online, também transmitido, via plataforma web, aos participantes.

Quadro 06. Proposta de Programação Temática do Seminário de Encerramento do Curso teórico à distância.

Seminário de Encerramento	**Horário**
Mesa de Abertura: Autoridades, Equipe Gestora, Parceiros Institucionais	08h00 - 09h00
1ª Mesa: Balanço da 1ª Etapa do Projeto	09h00 - 11h30
Almoço	12h00 - 14h00
1ª Mesa: Apresentação dos trabalhos de conclusão do curso à distância (pelo menos um de cada estado)	14h00 - 17h30

· **Dados sobre a avaliação de impacto dos cursos de capacitação**

A avaliação de impacto dos cursos promovidos será realizada a partir de instrumento próprio desenvolvido e aplicado em capacitação anterior (vide item 11), que foi aprimorado para o presente projeto (detalhado no item 8).

Por meio dessa avaliação, será possível produzir e analisar dados sobre o processo formativo com vistas à compreensão dos aspectos considerados relevantes e positivos, da mesma forma as necessárias adequações a serem feitas a partir da perspectiva dos próprios profissionais participantes. Esses dados são de enorme relevância não somente para avaliar as capacitações realizadas neste projeto, mas sobretudo para dar direcionamento sobre os caminhos que devem ser percorridos os diversos processos de capacitação para otimizar recursos e oferecer de fato a aplicabilidade prática dos conteúdos teóricos aprendidos, bem como a mudança de atitude dos profissionais sobre temas sensíveis e complexos, como são os adolescentes que fazem uso de drogas e estão em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a produção e a publicação de tais evidências irá contribuir para pesquisadores da área melhor direcionar suas ações formativas junto aos profissionais que atuam na área.

· **Dados sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais participantes**

A análise e publicação científica dos dados sobre o perfil sociodemográfico associado à formação dos profissionais participantes (detalhado no item 8) irá permitir uma compreensão detalhada sobre as características desse público, seus contextos de vida e de que forma esse perfil dialoga com o público de adolescentes atendidos. Um melhor entendimento sobre quem são esses profissionais e quais são suas histórias, possibilitará ações de formação desenhadas de acordo com os objetivos que se deseja atingir, seja ele uma abordagem mais técnica e conceitual sobre adolescências, vulnerabilidades, uso de drogas e tratamentos, ou abordagens com vistas a uma mudança de atitude do profissional com relação ao público atendido.

· **Evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação sobre as atitudes dos profissionais em relação aos adolescentes que usam drogas em situação de vulnerabilidade**

Muitos estudos demonstram (detalhado no item 10) que a atitude de profissionais com relação às pessoas que usam drogas, ou com transtornos mentais ou adolescentes em situação de vulnerabilidade é permeada por conceitos e valores pessoais que se sobrepõem ao conhecimento técnico sobre o tema. Nesse sentido, na abordagem desses profissionais junto a esse público acaba prevalecendo, muitas vezes, julgamentos morais e sociais que pouco se relacionam com a intervenção técnica esperada. Com isso, a produção de evidência científica para demonstrar quais são as principais características que compõem a atitude dos profissionais junto a esse público permitirá o aprimoramento das ações formativas, não ficando estas restritas ao repasse de

conteúdos, mas focada numa ampla reformulação de valores e conceitos morais para a oferta de um cuidado técnico à luz das necessidades apresentadas por essas pessoas.

· **Dados sociodemográficos associados aos de formação dos profissionais e às atitudes manifestadas sobre os adolescentes em situação de vulnerabilidade e que fazem usam drogas**

A associação dos dados sociodemográficos, de formação e de atitude dos profissionais evidenciará quais os elementos que contribuem para que um determinado perfil de profissional tenha atitudes mais positivas ou negativas sobre dolescentes que usam drogas em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, tais dados permitirão construir a incidência das ações formativas com características que atendam às necessidades desses profissionais de acordo com o seu perfil, o que, consequentemente, impactará positivamente na intervenção destes com os adolescentes (vide itens 10 e 11).

· **Evidências científicas sobre os desafios enfrentados por profissionais que atuam com adolescentes em uso de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e como enfrentá-los**

A produção de evidências sobre quais são os desafios identificados pelos profissionais que atuam com adolescentes que fazem uso de drogas possibilitará a construção de metodologias de abordagem sobre o tema que deverão ir além dos conteúdos teóricos ou mesmo das estratégias de mudanças das atitudes dos profissionais. Trata-se de um elemento que embora componha, ele perpassa a insuficiência técnica e a atitude, e esbarra em questões institucionais, relacionais e de gestão, dificultando o pleno desenvolvimento das intervenções. Com isso, identificar fatores dificultadores que estejam além das competências do próprio profissional, possibilitará a implicação de demais atores envolvidos em busca de contextos mais favoráveis para o cuidado dos adolescentes e seus contextos.

· **Publicação das evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação em periódico científico internacional de grande impacto, em periódico científico nacional, em tese de doutorado, dissertações de mestrado e projetos de iniciação científica.**

O pilar de sustentação do presente projeto é a sua caracterização como pesquisa científica. Ou seja, a execução das capacitações possibilitará coletar, analisar e publicar dados científicos amplos e complexos sobre o aspecto determinante no processo de cuidado e reinserção social de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada e que fazem uso de drogas, que são os profissionais de saúde, assistência social, de justiça e educação, seus perfis, formação, suas atitudes e os desafios que enfrentam. Tais dados serão publicados em artigos científicos em periódicos internacional, nacional, tese de doutorado, dissertações de mestrado, projetos de iniciação científica, além da formação dos recursos humanos envolvidos na execução do projeto.

Será a maior pesquisa científica produzida no Brasil sobre profissionais que atuam com adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada e que fazem uso de drogas.

7.4 Capacitação de tutores de conteúdo online

Os tutores de conteúdo online serão capacitados previamente e presencialmente em Brasília pela equipe gestora do projeto em parceria com eventuais colaboradores. Eles serão capacitados antes do início do curso teórico à distância e, obrigatoriamente, participarão presencialmente ou virtualmente do Seminário de Abertura e de Encerramento do curso. Além disso, será estabelecido um cronograma de reuniões quinzenais virtuais entre os tutores e a equipe gestora do projeto.

7.5 Avaliação

A avaliação será realizada em dois momentos, no curso presencial e no curso à distância, no início dos cursos, ao final de cada aula, e ao final dos cursos.

Para o uso e a análise dos dados para fins científicos fruto das avaliações e dos procedimentos de capacitação, o projeto está amparado pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília – CEP/UnB (CAAE 39116514.6.0000.0030/2014) oriundo de projeto anterior realizado também em parceria com a SENAD e que trata do mesmo objeto. Caso necessário, uma emenda ao CEP/UnB poderá ser enviada para contemplar possíveis adequações.

7.5.1 Instrumentos de avaliação: Início do curso

Ficha de inscrição

Será aplicado um formulário para a coleta de dados sociodemográficos dos profissionais participantes da capacitação presencial em Salvador e Rio de Janeiro, e os participantes do curso online, como sexo, idade, estado civil, escolaridade. Também será aplicado instrumento para verificar o conhecimento prévio sobre uso de drogas e transtornos mentais, abordagem com adolescentes e experiência na área (Anexo 1).

Inventário Multidimensional de Atitude

O MAI será aplicado com o objetivo de investigar a percepção dos profissionais sobre suas atitudes e estigmas em relação às pessoas/adolescentes que usam drogas.

Trata-se de um instrumento desenvolvido por um grupo de pesquisadores das Américas do Sul, Central e do Norte, dos quais a coordenadora deste projeto faz parte, que tem por objetivo medir as atitudes e estigmas da população em geral com relação às pessoas que usam drogas, de acordo com o tipo de droga utilizada (uma pessoa pode ter atitudes distintas dependendo do tipo de droga que se refere). O MAI é composto por 5 partes, sendo elas: (i)Informações Sociodemográficas (que não serão perguntadas, uma vez que estes dados já serão obtidos via ficha de inscrição) com 8 questões, (ii)Escala de Contato Pessoal com 5 questões, (iii)Escala de Julgamento com 5 questões, (iv)Escala de Apoio Social com 5 questões, e (v)Experiência pessoal com o

uso de drogas. Todas estas questões serão realizadas para cada tipo de drogas (álcool, maconha, cocaína e crack). O inventário completo está descrito no Anexo 2

7.5.2 Instrumentos de avaliação: ao final de cada módulo

Os profissionais ao final de cada módulo dos cursos presenciais e à distância deverão responder a uma breve avaliação sobre as atividades realizadas. Além disso, serão avaliados quanto ao cumprimento das atividades propostas, como também haverá controle de frequência, sendo considerado apto a receber certificação se apresentar frequência de 75%, com exigência de justificativa formal quando ausente. (Anexos 3).

7.5.3 Instrumentos de avaliação: final do curso

Questionário pós-curso

Será aplicado um questionário para os profissionais para verificar a avaliação e a satisfação com a capacitação recebida. Serão abordados itens como seu interesse pessoal e profissional sobre o tema, o grau de envolvimento em atividade de ensino, pesquisa e atendimento na área de drogas e/ou aplicação clínica do conhecimento em seu trabalho (Anexo 4).

Inventário Multidimensional de Atitude

O MAI será novamente aplicado para verificar se após a capacitação recebida, os profissionais apresentaram mudanças de atitude relacionadas às pessoas/adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas.

7.6 Cronograma e Carga Horária

O projeto como um todo terá a duração de 24 meses após a assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a SENAD/MJSP e a UnB, sendo que a capacitação presencial em Salvador e Rio de Janeiro será realizada ao longo de 5 meses, e o curso à distância em 7 meses. Os demais meses serão dedicados para o planejamento das ações e a análise, elaboração e entrega do relatório final e prestação de contas, e análise, interpretação e publicação dos resultados em artigos científicos em periódicos internacional e nacional, tese, dissertações e projetos de iniciação científica.

7.7 Produção de evidência científica a partir do processo de capacitação: Investigação e análise das atitudes dos profissionais na abordagem de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo

A partir dos dados coletados dos profissionais participantes, por meio da ficha de inscrição, avaliações aplicadas, e ao longo das atividades de capacitação (item 7 e anexos), serão caracterizadas, analisadas e apresentadas as evidências científicas produzidas sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais, as atitudes em relação aos adolescentes que usam drogas, os desafios enfrentados, e o impacto da capacitação na formação pessoal e profissional dos participantes.

Grande parte das pesquisas sobre atitude está centrada no estudo dos transtornos pelo uso de substâncias em associação com outros tipos de transtornos mentais, e revelam atitudes negativas e estigmatizantes por parte das pessoas. No geral, as pesquisas demonstraram que as pessoas com transtornos mentais são percebidas como mais responsável por sua condição do que aqueles que sofrem de doenças físicas, tais como câncer ou problemas cardíacos (Howard & Holmshaw, 2010; Corrigan et al, 2005). De forma semelhante, pessoas com problemas de abuso de álcool e outras drogas são também consideradas responsáveis por sua condição. Poucos estudos têm investigado a continuidade de outras atitudes, como as atitudes positivas e ambivalentes em relação às pessoas com transtornos pelo uso de substâncias (Van Boekel, et al., 2013; Angermeyer & Dietrich, 2006). Compreender as atitudes positivas e ambivalentes pode ser tão importante quanto entender as negativas; um estudo de atitudes positivas pode ajudar a explicar as condições que as produzem, ou seja, se outras pessoas produzirem tais comportamentos positivos, se estes podem ser reproduzidos. Da mesma forma um estudo de atitudes ambivalentes pode ajudar a identificar possíveis mudanças.

Atitudes entre o público em geral e profissionais que atuam diretamente com pessoas em uso de drogas podem afetar a qualidade dos serviços individuais recebidos, sua adesão ao tratamento/plano terapêutico, e sua qualidade de vida (Biancarelli et al., 2019; Berger, Wagner & Baker, 2005). Além dos efeitos físicos causados pelo uso de drogas, pessoas que fazem uso abusivo de drogas enfrentam consequências sociais decorrentes da atitude de outros em relação a eles (Baker et al., 2020; Room, 2006). Julgamentos morais sobre o abuso de drogas podem influenciar o seu acesso ao tratamento. Entre os profissionais de saúde, a percepção da responsabilidade do paciente pode afetar o desejo de oferecer ajuda e julgamentos sobre a condição presente do paciente (Paquette et al., 2018; Corrigan et al., 2005). De acordo com Sartorius (2002), o estigma é o obstáculo mais importante na prestação de cuidados de saúde mental para pessoas com transtornos mentais e/ou uso de drogas.

Pesquisas reportam que os efeitos das drogas são resultantes de interações complexas entre fatores farmacológicos, psicológicos e ambientais, produzindo diferentes respostas em cada indivíduo (Dyregrov & Selseng, 2022; Crombag & Robinson, 2004). As implicações do uso de drogas afetam as atitudes de muitos que interagem com pessoas que abusam de drogas e suas atitudes são altamente influenciadas por seus conhecimentos, crenças, cultura e valores. Nesse sentido, pressupõe-se que um melhor conhecimento pode se traduzir em atitudes positivas de encorajamento e aceitação social, fundamentais para a prestação e acesso a bens e serviços, incluindo saúde, emprego, educação, justiça, e assistência social para adolescentes do sistema socioeducativo e que fazem uso de drogas. Por outro lado, atitudes negativas e estigmatizantes contribuem por aumentar o isolamento social desses adolescentes, gerando recaídas e reincidência no ato infracional (Fong et al., 2021).

A partir dos dados coletados ao longo do processo de capacitação, será realizado um estudo transversal descritivo sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais, as atitudes em relação aos adolescentes que usam drogas, os desafios enfrentados pelos profissionais, e o impacto da capacitação na formação pessoal e profissional dos participantes da capacitação presencial e à distância sobre uso de drogas e as abordagens de redução de danos, saúde mental e habilidades laborais. O estudo apresenta como referencial teórico o modelo socioecológico (Kousoulis & Goldie, 2021; Caperon, Saville, & Ahern, 2022)

para capturar determinantes individuais, interpessoais, comunitários e de nível político, além dos sistemas envolvidos (socioeducativo, de saúde, justiça e assistência social).

Serão realizadas análises descritivas para as características sociodemográficas, de formação dos profissionais, atitudes dos profissionais com relação à cada tipo de droga, histórico pessoal de uso de drogas e de pessoa conhecida que fez/faz uso de drogas. As comparações entre grupos serão feitas usando o qui-quadrado de Pearson ($\chi 2$). Todos os valores de $p< 0,050$ serão considerados estatisticamente significativos. O modelo de regressão logística será usado para verificar a associação entre as características sociodemográficas, de formação, e as atitudes dos profissionais. As análises serão realizadas como auxílio do software IBM SPSS© (Statistical Product and Service Solutions), versão 22. As associações com um valor de $p<0,20$ nas análises univariadas serão incorporadas à regressão logística usando a seleção direta. A magnitude das associações será estimada por meio de *odds ratios* e seus respectivos intervalos de confiança de 95%.

O estudo será realizado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde, da Faculdade de Ceilândia, da UnB (PGCTS/FCE/UnB) com a participação de estudantes de mestrado e doutorado, além de bolsistas de iniciação científica.

7.7.1 Resultados esperados

A partir da análise dos dados coletados, espera-se verificar ao final do processo de capacitação e ao longo do período de acompanhamento presencial longitudinal, entre aqueles participantes da formação presencial, uma mudança de titude dos profissionais com relação aos adolescentes que usam drogas e/ou em situação de vulnerabilidade agravada. Além disso, espera-se mapear os diferentes perfis de profissionais para o desenvolvimento de ações formativas direcionadas para atender às suas diferentes necessidades, sejam elas técnicas, de mudança de atitude, e/ou institucionais. Por fim, espera-se publicar, pelo menos, 3 artigos científicos em revista internacional e nacional, 1 tese de doutorado, 2 dissertações de mestrado e 6 projetos de iniciação científica, além de 1 relatório técnico e 1 relatório executivo sobre os principais resultados do projeto para ampla divulgação nacional.

7.8 Experiência prévia na realização de projetos de capacitação com produção científica.

O *Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade Ceilândia, Universidade de Brasília (CRR/FCE/UnB)*, iniciou em 2012 suas atividades de educação permanente com profissionais de saúde, assistência social, segurança pública, educação e sistemas de justiça que atuam com pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, bem como desenvolve diversos projetos de pesquisa na área de saúde mental e saúde pública, com ênfase em intervenção com pessoas em contextos de vulnerabilidade com transtorno pelo uso de substâncias e transtornos mentais, uso terapêutico da cannabis sativa, e políticas de álcool e outras drogas. Já contou com o financiamento da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJSP) por meio de 4 Termos de Execução Descentralizada – TED nos anos de 2012, 2014, 2015 e 2016.

Em 2012 foram capacitados 182 profissionais dos municípios de Águas Lindas/GO, Brazlândia/DF, Luziânia/GO e Valparaiso de Goiás/GO sobre manejo de pessoas em uso problemático e álcool e outras drogas. Em 2014 houve nova formação sobre o mesmo tema para 190 profissionais dos municípios do estado de Goiás que compõem o entorno do DF: Valparaiso, Luziânia, Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto. Em 2015 houve a capacitação para 118 profissionais exclusivamente do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal sobre uso de drogas e Direitos Humanos, e em 2016 foi realizada a capacitação de 220 profissionais sobre tratamento e prevenção do uso de álcool e outras drogas de 7 Regiões Administrativas do DF: Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Gama, Santa Maria, Sobradinho e Planaltina.

Foram publicados 16 artigos científicos oriundos de projetos de capacitação sobre manejo de pessoas em uso de álcool e outras drogas, além de 1 livro e 8 capítulos de livro. Os artigos científicos estão descritos no Anexo. As demais publicações estão disponíveis por meio do link do currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9390283034185353

CAVALCANTE, L. P. L. ; OLIVEIRA, F. M. ; FONSECA, R. M. A. M. ;**GALLASSI, A. D.** . ESTUDANTES QUE USAM DROGAS: COMO PROFESSORES LIDAM E PENSAM SOBRE ELES. REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDCUACIONAL, v. 27, p. 01-10, 2023.

MIRANDA, K. G. ; SILVA, I. C. R. ; FONSECA, R. M. A. M. ; **GALLASSI, A. D.** . Effects of working in vulnerable contexts on the mental health of primary healthcare professionals during the COVID-19 pandemic: a mixed-methods study. BMJ Open, v. 13, p. e073472, 2023

RODRIGUES, D. S. ; OLIVEIRA, F. M. ; SANTOS, J. E. ; **GALLASSI, A. D.** . Espaços on-line de cuidados coletivos: promoção da saúde em tempos de isolamento pela COVID-19. REVISTA BRASILEIRA EM PROMOÇÃO DA SAÚDE (ONLINE), v. 35, p. 1-9, 2022.

GALLASSI, A. D.; OLIVEIRA, K. D. ; SILVA, M. N. R. M. O. ; MACHADO, I. A. ; WAGNER, G. A. . The relationship between level of education and moral judgment toward who abuse drugs. Ciencia & Saude Coletiva, v. 26, p. 2335-2343, 2021.

FONSECA, R. M. A. M. ; **GALLASSI, A. D.** . Práticas de cuidado extramuros nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas: a ocupação cidadã. Interface (Botucatu. Online), v. 25, p. 1-19, 2021

MOTA, F. O. ; FONSECA, R. M. A. M. ; SANTOS, J. E. ; **GALLASSI, A. D.** . Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por serviço de saúde e de assistência social: um olhar para e pela terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 27, p. 806-816, 2019

OLIVEIRA, T. M. ; SILVA, M. N. M. ; SOUZA, D. K. P. ; SOUZA, F. V. ; **GALLASSI, A. D.** . Autopercepção dos profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal/Brasil a partir de um processo de formação sobre drogas e direitos humanos. PESQUISAS E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS, v. 13, p. 1-15, 2018.

SILVA, M. N. M. ; SOUZA, C. I. C. ; **GALLASSI, A. D.** . A TEMÁTICA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA EXTENSÃO E PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA. Revista Conexão UEPG, v. 12, p. 426-435, 2016.

GALLASSI, A. D.; SOUZA, C. I. C. ; SILVA, M. N. R. M. O. . O debate sobre álcool, crack e outras drogas na formação universitária e o papel dos profissionais da rede intersetorial em uma ação de educação em saúde. PESQUISAS E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS, v. 11, p. 623-636, 2016.

OLIVEIRA, F. M. ; SANTOS, J. E. ; SANTOS, V. ; SILVA, M. N. R. M. O. ; NOGUEIRA, D. J. ; DUARTE, A. M. A. ;**GALLASSI, A. D.** . Centro Regional de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade de Ceilândia/Universidade de Brasília. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 23, p. 227-234, 2015.

GALLASSI, A. D.; SANTOS, S. L. ; SANTOS, V. ; NAKANO, E. ; FISCHER, B. J. ; GALINKIN, A. L. ; WAGNER, G. A. . Factors associated with recidivism among adolescents girls in conflict with the law in an institution in Brasília, Federal District, Brazil. Cadernos de Saúde Pública (Online), v. 31, p. 2569-2576, 2015.

SILVA, M. N. R. M. O. ; PAULA, A. K. R. ; SANTOS, V. ; WAGNER, G. A. ;**GALLASSI, A. D.** . Incluindo a temática de drogas e vulnerabilidade social na formação profissional por meio de ações de extensão: o caso da Universidade de Brasília, campus Ceilândia. Revista de Cultura e Extensão, v. 11, p. 31-40, 2014.

SILVA, MARIA DE NAZARETH R M DE OLIVEIRA ; SANTOS, VAGNER DOS ; SANTOS, JOSENAIDE ENGRACIA DOS ; OLIVEIRA, FLÁVIA MAZITELLI DE ; NOGUEIRA, DOUGLAS JOSÉ ; **GALLASSI, ANDREA DONATTI** . Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade. Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 22, p. 145-152, 2014.

GALLASSI, ANDREA DONATTI; SANTOS, VAGNER DOS . A necessária e urgente mudança na abordagem das pessoas em sofrimento pelo uso de drogas. Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 22, p. 1-4, 2014.

RODRIGUES, D. S. ; SANTOS, V. ; CARVALHO, L. A. ; TEIXEIRA, P. S. ; SILVA, K. C. ; SOUSA, D. G. M. ; PINHEIRO, M. C. R. A. ; LEITE, A. L. A. R. ; **GALLASSI, A. D.** . Inclusão social para o trabalho com usuários de álcool e outras drogas. Revista Eletrônica Gestão & Saúde, v. 05, p. 2756-2764, 2014.

GALLASSI, A. D.; SANTOS, V. . O ABUSO DE DROGAS: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA A PRÁTICA DO PROFISSIONAL DE SAÚDE NO BRASIL. Brasília Médica, v. 50, p. 51-57, 2013

Ademais, a coordenadora do projeto é credenciada como orientadora permanente desde 2014 no PGCTS/FCE/UnB, orientando mestrado (13 orientações concluídas e 2 em andamento) e doutorado (5 em andamento). Orientou 25 trabalhos de conclusão de curso, 24 iniciações científicas (PIBIC) e 4 encontram-se em andamento, além de 12 projetos de extensão (PIBEX), sendo que todos os estudantes PIBIC e PIBEX receberam bolsa de estudo.

7.9. Referências Bibliográficas

Angermeyer, M.C., & Dietrich, S. (2006). Public beliefs about and attitudes towards mentally ill.*Acta Psychiatrica Scandinavica*, 113, 163–179

Barnow, S.; Lucht, M. e Freyberger, H.J. Influence of punishment, emotional rejection, child abuse, and broken home on aggression in adolescence: An examination of aggressive adolescents in Germany. International Journal of Descriptive and Experimental Psychopathology, Phenomenology and Clinical Diagnostic*, 34*, 167-73. 2001.

Baker, L. S., Smith, W., Gulley, T., & Tomann, M. M. (2020). Community perceptions of comprehensive harm reduction programs and stigma towards people who inject drugs in rural Virginia. *Journal of Community Health*, *45*, 239-244.

Barros, Betina Warmling & Carvalho, Thais. O sistema socioeducativo entre a queda do número de internações e a ameaça das Parcerias Público-Privadas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 328-333, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/ 2023/07/anuario-2023.pdf.

Bastos, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. ICICT/FIOCRUZ, 2017. Disponível em https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614.

Berger, M., Wagner, T. H., & Baker, L. C. (2005). Internet use and stigmatized illness.*Social Science & Medicine*, *61*(8), 1821-1827

Biancarelli, D. L., Biello, K. B., Childs, E., Drainoni, M., Salhaney, P., Edeza, A., ... & Bazzi, A. R. (2019). Strategies used by people who inject drugs to avoid stigma in healthcare settings. *Drug and alcohol dependence*, *198*, 80-86.

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Subsecretaria para assuntos Jurídicos. Presidência da República. Brasília, DF. 1990

_____, Política Nacional sobre Drogas. Brasília DF. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2006

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007

_____. Relatório Final do Programa Medida Justa no Distrito Federal. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, DF, 2010a.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília-DF, 2010b.

_____. Caderneta de saúde da adolescente. Brasília: Ministério da Saúde. Retirado de http://www.adolec.br/php/level.php?lang=pt&component=39&item=16, 2010c.

_____. Caderneta de saúde do adolescente. Brasília: Ministério da Saúde. Retirado de http://www.adolec.br/php/level.php?lang=pt&component=39&item=16. 2010d.

_____. Conanda. Resolução n. 119/2006, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/119-resolucao-119-de-11-de-dezembro-de-2006/view.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no sistema único de assistência social. Brasília, DF, 2018. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf.

_____. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

_____. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Subsecretaria para assuntos Jurídicos. Presidência da República. Brasília, DF, 2012a.

_____. Panorama Nacional de Execução de Medidas Socioeducativas. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, DF, 2012b.

Caperon, L., Saville, F., & Ahern, S. (2022). Developing a socio-ecological model for community engagement in a health programme in an underserved urban area. *PloS one*, *17*(9), e0275092

Carlinii E. A. VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo 2010. SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília – SENAD, 2010.

Corrigan, P. W., Lurie, B. D., Goldman, H. H., Slopen, N., Medasani, K., & Phelan, S. (2005). How adolescents perceive the stigma of mental illness and alcohol abuse. *Psychiatric Services*, *56*(5), 544-550.

Creswell JW, Plano Clark VL. Designing and conducting mixed methods research3rd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2017

Crombag, H. S., & Robinson, T. E. (2004). Drugs, environment, brain and behavior. *Current Directions in Psychological Science*, 13, 107-111

Dyregrov, K., & Selseng, L. B. (2022). “Nothing to mourn, He was just a drug addict”-stigma towards people bereaved by drug-related death. *Addiction research & theory*, *30*(1), 5-15.

Fernandes, B. F., Russo, L. X., & Bondezan, K. de L.. (2022). Relação entre saúde mental e uso de substâncias psicoativas em escolares. Revista Brasileira De Estudos De População, 39, e0228. Disponível em: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0228

Fong, C., Mateu-Gelabert, P., Ciervo, C., Eckhardt, B., Aponte-Melendez, Y., Kapadia, S., & Marks, K. (2021). Medical provider stigma experienced by people who use drugs (MPS-PWUD): Development and validation of a scale among people who currently inject drugs in New York City. *Drug and alcohol dependence*, *221*, 108589.

Fundação Abrinq. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, 1ª edição. 2023.

Howard, V., & Holmshaw, J. (2010). Inpatient staff perceptions in providing care to individuals with co-occurring mental health problems and illicit substance use. *Journal of psychiatric and mental health nursing*, *17*(10), 862-872.

IBGE. Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo, resultados do universo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2023.

Kousoulis, A. A., & Goldie, I. (2021). A visualization of a socio-ecological model for urban public mental health approaches. *Frontiers in Public Health*, *9*, 654011.

Maior, O.S. Capítulo IV – Das medidas socioeducativas. In: Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Comentários jurídicos e sociais. Organizadores, Munir Cury, Antônio Fernando do Amaral e Silva e Emílio Garcia Mendes. 5. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2002.

Moraes, B. R. de; Weinmann, A. de O. Notas sobre a história da adolescência: transformações e repetições. Estilos da Clínica, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 280-296, 2020. ISSN: 1981-1624. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/160346.

Oliveira, K. C. de, & Pucci, S. H. M. (2021). Os Fatores Associados à Experimentação, Uso, Abuso e Dependência de Substâncias Psicoativas na Adolescência. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação, 7(7), 1331–1351.

Paquette, C. E., Syvertsen, J. L., & Pollini, R. A. (2018). Stigma at every turn: Health services experiences among people who inject drugs. *International Journal of Drug Policy*, *57*, 104-110.

Room, R. (2006). For alcohol alternatives, the science is not the hardest part. *Journal of Psychopharmacology*, *20*(3), 323-324

Santos JLG dos, Erdmann AL, Meirelles BHS, et al. Integração entre dados quantitativos E qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. Texto Contexto - Enferm 2017;26

Sartorius, N. (2002). Fighting stigma: theory and practice. *World Psychiatry*, 1, 26–27.

UNICEF, 2011. Adolescência, uma fase de oportunidades. Situação Mundial da Infância 2011. Organização das Nações Unidas.

_____. Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência. Organização das Nações Unidas, 2023. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia_2022.pdf.

Van Boekel, L. C., Brouwers, E. P., Van Weeghel, J., & Garretsen, H. F. (2013). Stigma among health professionals towards patients with substance use disorders and its consequences for healthcare delivery: systematic review. *Drug and alcohol dependence*, *131*(1-2), 23-35.

8. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

	Sim
X	Não

9. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
X	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

10. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2°)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

X	Sim
	Não

	1. Limpeza e conservação. 2. Apoio administrativo, técnico e operacional. 3. Serviços de energia elétrica. 4. Vigilância ostensiva. 5. Serviços de água e esgoto. 6. Manutenção e conservação de bens imóveis. 7. Infraestrutura de TIC

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Metas	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
	ETAPA 1.1 Ressarcimento - despesas administrativas (UnB e Fundação de Apoio). **Produtos:** Despesas administrativas executadas e comprovadas. **Indicador:** 100% de despesas administrativas executadas e comprovadas.	Und	1	R$ 409.260,00	R$ 409.260,00	21/11/2024	Mês 1

META 1 Curso presencial de capacitação das Equipes Multiprofissionais do Programa PRONASCI Juventude em Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade agravada em territórios identificados pelos índices de violência letal, e/ou vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local. **Valor total da Meta 1: R$ 1.176.622,50**	**ETAPA 1.2** Organização do cronograma para execução das atividades de capacitação e de pesquisa. **Produtos:** Cronograma de execução das atividades de capacitação e pesquisa. **Indicador:** 01 cronograma elaborado e aprovado.	Und	3	R$ 85.262,50	R$ 255.787,50	Mês 1	Mês 3
	ETAPA 1.3 Inscrições de Participantes. **Produtos:** Relatório de inscrições dos participantes. **Indicador:** 100% dos participantes inscritos e dos registros de inscrição consolidados. Conforme número de vagas estabelecido.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 4	Mês 4
	ETAPA 1.4 Realização do Curso Presencial. **Produtos:** Relatório de execução dos cursos presenciais. **Indicadores:** 100% dos Cursos realizados; >75% dos participantes capacitados.	Und	5	R$ 85.262,50	R$ 426.312,50	Mês 5	Mês 9

META 2 Curso de capacitação à distância em âmbito nacional para profissionais que atuam no SINASE e em sistemas correlacionados – de Justiça, de Saúde, de Assistência Social e de Educação – sobre manejo em álcool e outras drogas na perspectiva da redução de danos, saúde mental e habilidades laborais para o atendimento de adolescentes vinculados ou egressos do sistema socioeducativo local. **Valor total da Meta 2: R$ 682.100,00**	**ETAPA 2.1** Preparação da plataforma de ensino à distância. **Produtos:** Plataforma de ensino a distância preparada e disponibilizada. **Indicador:** 01 plataforma disponibilizada e em funcionamento.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 10	Mês 10
	ETAPA 2.2 Abertura do edital de chamamento para tutores online. **Produtos:** Edital de chamamento para tutores. **Indicador:** 01 edital publicado; número de tutores selecionados.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 11	Mês 11
	ETAPA 2.3 Inscrições de Participantes. **Produtos:** Relatório de inscrições. **Indicador:** 100% de participantes inscritos; número de inscrições validadas, conforme vagas previstas.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 12	Mês 12

	ETAPA 2.4 Realização das atividades à Distância. **Produtos:** Relatório de execução do curso a distância. **Indicador:** 100% das atividades formativas realizadas; >75% participantes concluintes.	Und	5	R$ 85.262,50	R$ 426.312,50	Mês 13	Mês 17
META 3 Dados sobre a avaliação de impacto dos cursos de capacitação. **Valor total da Meta 3: 170.525,00**	**ETAPA 3.1** Avaliação de impacto dos cursos promovidos será realizada a partir de instrumento próprio desenvolvido e aplicado em capacitação. **Produtos:** Relatório de avaliação de impacto dos cursos. **Indicador:** 01 relatório de validação elaborado, com instrumento de avaliação desenvolvido e aplicado.	Und	2	R$ 85.262,50	R$ 170.525,00	Mês 18	Mês 19

META 4 Dados sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos profissionais participantes. **Valor total da Meta 4: R$ 85.262,50**	**ETAPA 4.1** Análise e publicação científica dos dados sobre o perfil sociodemográfico associado à formação dos profissionais participantes. **Produtos:** Relatório técnico-científico sobre o perfil sociodemográfico e de formação dos participantes. **Indicador:** Base de dados sistematizada; perfil sociodemográfico e de formação analisado; 01 relatório elaborado.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 20	Mês 20
META 5 Evidências científicas produzidas a partir do processo de capacitação sobre as atitudes dos profissionais em relação aos adolescentes em situação de vulnerabilidade que fazem uso de drogas. **Valor total da Meta 5: R$ 85.262,50**	**ETAPA 5.1** Produção de evidência científica para demonstrar quais são as principais características que compõem a atitude dos profissionais. **Produtos:** Relatório técnico-científico sobre as atitudes dos profissionais. **Indicador:** Dados sobre atitudes sistematizados; principais características das atitudes identificadas e analisadas; evidências consolidadas.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 21	Mês 21

META 6 Dados sociodemográficos associados aos de formação dos profissionais e às atitudes manifestadas sobre os adolescentes que usam drogas em situação de vulnerabilidade. **Valor total da Meta 6: R$ 85.262,50**	**ETAPA 6.1** Associação dos dados sociodemográficos, de formação e de atitude dos profissionais. **Produtos:** Relatório técnico-científico sobre a associação entre dados sociodemográficos, de formação e de atitudes. **Indicador:** Bases de dados integradas; associações entre as variáveis analisadas; resultados sistematizados.	Und	1	R$ 85.262,50	R$ 85.262,50	Mês 22	Mês 22
META 7 Evidências científicas sobre os desafios enfrentados por profissionais que atuam com adolescentes em uso de álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade e como enfrentá-los. **Valor total da Meta 7: R$ 170.525,00**	**ETAPA 7.1** Produção de evidências sobre quais são os desafios identificados pelos profissionais que atuam com adolescentes que fazem uso de drogas. **Produtos:** Relatório técnico-científico sobre os desafios profissionais e estratégias de enfrentamento. **Indicador:** Desafios identificados e sistematizados; estratégias de enfrentamento analisadas; evidências consolidadas.	Und	2	R$ 85.262,50	R$ 170.525,00	Mês 23	Mês 37
	ETAPA 8.1 Promover oficinas presenciais territoriais voltadas à qualificação de						

ADITIVO - META 8 Realização de oficinas territoriais intersetoriais. **Valor total da Meta 8: R$ 1.934.260,00**	profissionais do Sistema Socioeducativo, PRONASCI Juventude, CAIS Juventude, Escolas estaduais de Socioeducação e equipes de Justiça Restaurativa, com foco no acompanhamento pós-medida socioeducativa, saúde mental, redução de danos, proteção integral e fortalecimento de fluxos intersetoriais de cuidado e proteção social. As oficinas serão realizadas nos municípios de Brasília/DF, Manaus/AM, Recife/PE, Natal/RN, Porto Alegre/RS e Rio de Janeiro/RJ. 12 oficinas territoriais realizadas; Até 1.200 Profissionais capacitados; 06 Relatórios técnicos das oficinas. **Produtos:** 12 oficinas territoriais realizadas em 06 territórios; Até 1.200 Profissionais capacitados; 06 Relatórios técnicos das oficinas. **Indicador:** Número de oficinas realizadas; número de territórios contemplados; número de profissionais capacitados; número de relatórios técnicos produzidos.	Und	3	R$ 644.753,33	R$ 1.934.260,00	Mês 22	Mês 32

ADITIVO - META 9 Produção de material técnico-científico. **Valor total da Meta 9: R$ 193.046,00**	**ETAPA 9.1** Elaborar cartilha teórico-prática sobre acompanhamento pós-medida socioeducativa, abordando estratégias de redução de danos, saúde mental, justiça restaurativa e articulação intersetorial, destinada aos profissionais da rede socioeducativa e de proteção social. 01 Cartilha técnico-operativa elaborada; Material digital diagramado disponibilizado; Conteúdo técnico sistematizado. **Produtos:** 01 Cartilha técnico-operativa elaborada; Material digital diagramado disponibilizado; Conteúdo técnico sistematizado. **Indicador:** Número de cartilhas técnico-operativas elaboradas; material digital diagramado e disponibilizado; percentual dos conteúdos técnicos previstos contemplados na versão final.	Und	3	R$ 64.348,67	R$ 193.046,00	Mês 22	Mês 32

ADITIVO - META 10 Desenvolvimento de pesquisa, sistematização de evidências e relatório final. **Valor total da Meta 10: R$ 133.546,00**	**ETAPA 10.1** Desenvolver atividades de pesquisa e sistematização de evidências relacionadas às práticas profissionais, desafios do pós-medida socioeducativa, saúde mental, uso de álcool e outras drogas, justiça restaurativa e vulnerabilidades sociais de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo. Banco de informações sistematizadas dos 06 territórios participantes; 01 Relatório técnico-científico; Diagnóstico situacional dos territórios participantes. **Produtos:** Banco de informações sistematizadas dos 06 territórios participantes; 01 Relatório técnico-científico; Diagnóstico situacional dos territórios participantes. **Indicador:** Número de territórios com informações sistematizadas; banco de informações estruturado; diagnóstico situacional elaborado; relatório técnico-científico produzido.	Und	3	R$ 44.515,33	R$ 133.546,00	Mês 22	Mês 37
	ETAPA 11.1 Desenvolver e adaptar						

ADITIVO - META 11 Desenvolvimento e adaptação dos conteúdos educacionais produzidos no âmbito do projeto para oferta em formato de Educação a Distância (EaD), a ser disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, em articulação com a Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD). **Valor total da Meta 11: R$ 78.500,00**	os conteúdos educacionais produzidos no âmbito do projeto para oferta em formato de Educação a Distância (EaD), a ser disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, em articulação com a Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD), observando seus referenciais pedagógicos e metodológicos. **Produtos:** Conteúdos educacionais desenvolvidos, adaptados para a oferta em formato de Educação a Distância (EaD), disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, observados os referenciais pedagógicos e metodológicos da Escola Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (ESNAD). **Indicador:** Conteúdos sistematizados e consolidados; Conteúdos adaptados para EaD; Conteúdos disponibilizados no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID;	Und	1	R$ 78.500,00	R$ 78.500,00	Mês 22	Mês 37

	Conteúdos adaptados conforme os referenciais pedagógicos e metodológicos da ESNAD; Relatório técnico.						

12 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO VALOR ORIGINAL	
MÊS/ANO	**VALOR**
10/2024	R$ 100.000,00
04/2025	R$ 1.355.560,00
08/2025	R$ 1.000.000,00

13 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO VALOR ADITIVO	
MÊS/ANO	**VALOR**
10/2026	R$ 2.339.352,00

14. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD		
Código da Natureza da Despesa	**Custo indireto**	**Valor Previsto**
33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Ressarcimento UnB - Resolução CAD nº 045/2014	sim	R$ 479.491,00
33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fundação de Apoio	não	R$ 4.315.421,00
0000TOTAL		**R$ 4.794.912,00**

15. PROPOSIÇÃO e APROVAÇÃO

Brasília, na data da assinatura.

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO

Secretária Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP)

Brasília, na data da assinatura.

ROZANA REIGOTA NAVES

Reitora da Universidade de Brasília (UNB)

Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves**, **Usuário Externo**, em 23/10/2026, às 18:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado**, **Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 26/10/2026, às 12:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **37421612** e o código CRC **46153B83**
O documento pode ser acompanhado pelo site http://sei.consulta.mj.gov.br/ e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08129.007021/2024-05 SEI nº 37421612